

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês.

Após o Sumário Executivo, a primeira seção traz um Assunto em Destaque ou o texto de um Especialista Convidado. Neste mês, o **Assunto de Destaque** apresenta os fundos de investimentos como desdobramentos do Fundo Soberano do Espírito Santo, com o foco no Fundo Exclusivo de Investimento em Participações.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os dados sobre a pandemia de Covid-19, os resultados do PIB do 1º trimestre para alguns países e os indicadores conjunturais dos setores econômicos no Brasil e no Espírito Santo.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os dados de março para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os últimos dados divulgados referentes à produção de petróleo, gás natural e às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities produzidas no estado, às expectativas dos industriais capixabas e ao consumo e produção de energia elétrica no estado.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação do Brasil e da Grande Vitória, as taxas de juros, o spread e a inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado. A seção conta ainda com um **box** especial sobre o comportamento recente dos preços no setor da construção.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números das receitas e despesas realizadas pelo Governo do Estado de janeiro a abril.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Por fim, estão dispostos as informações complementares em gráficos e tabelas que auxiliarão na leitura e no entendimento do boletim nos **Anexos 1, 2 e 3**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: <https://bit.ly/3i1Ckeq>.

Acesse toda a produção de estudos e informações do Ideies no nosso portal: <https://portaldaindustria-es.com.br/>.

Ótima leitura!

Seções

Sumário Executivo	02
1. Seção Destaque	06
2. Atividade Econômica	11
3. Desempenho Industrial	15
4. Preços, Juros e Crédito	19
5. Finanças Públicas Estaduais	30
6. Comentários Finais	35
Anexos	37

Sumário Executivo

Em maio, o processo de vacinação contra a Covid-19 em grupos prioritários continuou avançando no Brasil. Contudo, a falta de vacinas apontada no levantamento da Confederação Nacional de Municípios, sobretudo em municípios de pequeno e médio portes, o espalhamento de novas variantes do vírus, especialmente a indiana, e o elevado número da média móvel diária em torno de 2 mil óbitos, ainda são motivos de precaução quanto à pandemia no país. Apesar do Brasil ser um dos países com o maior número de doses de vacinas aplicadas (65,6 milhões), em termos relativos ao tamanho da população, apenas 20,75% dos brasileiros foram imunizados com a 1ª dose e 10,22% com a 2ª. O Espírito Santo é um dos estados com a taxa de vacinação da 1ª dose acima da média nacional, com 23,41% da população capixaba vacinada,

porém com 9,98% na 2ª dose.

Em relação ao desempenho da economia, em maio foram anunciados os indicadores conjunturais relativos ao 1º trimestre do ano. **Em relação ao 1º trimestre de 2020, a atividade econômica, medida pelo IBC, avançou 2,27% no Brasil e 2,77% no Espírito Santo. Na passagem de fevereiro para março, a economia recuou -1,59% no país e -0,32% no estado, sinalizando, em ambos os casos, os efeitos da ampliação das medidas restritivas adotadas em meados de março – e com duração até os meses seguintes. O recuo menos intenso no estado nessa variação marginal foi decorrente do desempenho positivo da indústria (1,5%) e do comércio varejista ampliado (0,8%).**

Tabela – Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Mar 2021 / Fev 2021 ¹	Mar 2021 / Mar 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	-1,59	6,26	2,27	-3,37
Índice de atividade econômica regional ES	-0,32	6,22	2,77	-2,91
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-2,4	10,5	4,4	-3,1
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	1,5	-1,4	-4,8	-12,7
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,6	2,4	-0,6	0,7
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	-1,2	10,0	4,8	5,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	-5,3	10,1	1,4	-1,1
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	0,8	26,4	11,4	5,7
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-4,0	4,5	-0,8	-8,0
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-2,9	1,6	0,6	-6,7

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Especificamente sobre a indústria, a produção brasileira avançou 4,4% no 1º trimestre do ano frente ao mesmo período do ano passado, influenciada pelo crescimento de 5,2% da indústria de transformação. **Contrariamente ao desempenho nacional, a indústria do Espírito Santo recuou -4,8% no período, sob a influência da retração na indústria extrativa (-26,9%).**

Entre as principais atividades extrativas no estado, a

produção de petróleo e gás natural contraiu -23,4%, de acordo com os dados da ANP, e a de pelotas de minério de ferro pela Vale S.A. acumulou queda de -29,7% no período. **Por sua vez, a indústria de transformação capixaba avançou 11,5% em relação ao 1º trimestre de 2020, com destaque para o crescimento de 60,2% no setor de celulose, papel e produtos de papel e de 25,4% nos produtos minerais não-metálicos.**

Tabela – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo - março de 2021

	Mar 21/ Fev 21*	Mar 21/ Mar 20	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Brasil				
Indústria geral	-2,4	10,5	4,4	-3,1
Indústrias extrativas	5,5	-0,2	-2,1	-2,5
Indústrias de transformação	-3,2	11,9	5,2	-3,2
Bens de Capital	-6,9	29,6	20,4	-4,8
Bens Intermediários	0,2	9,9	4,5	0,0
Bens de Consumo	-11,0	7,5	0,9	-7,9
Bens de consumo duráveis	-7,8	12,0	-0,3	-18,6
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-10,2	6,2	1,2	-5,0
Bens não especificados anteriormente	-	-2,8	-9,1	-18,7
Espírito Santo				
Indústria geral	1,5	-1,4	-4,8	-12,7
Indústrias extrativas	-0,5	-33,8	-26,9	-29,4
Indústrias de transformação	-0,5	28,1	11,5	0,8
Fabricação de produtos alimentícios	10,1	29,6	-9,6	-3,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,3	54,3	60,1	35,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,1	28,2	25,3	4,8
Metalurgia	-13,1	11,9	1,4	-14,0

(*) Dados dessazonalizados

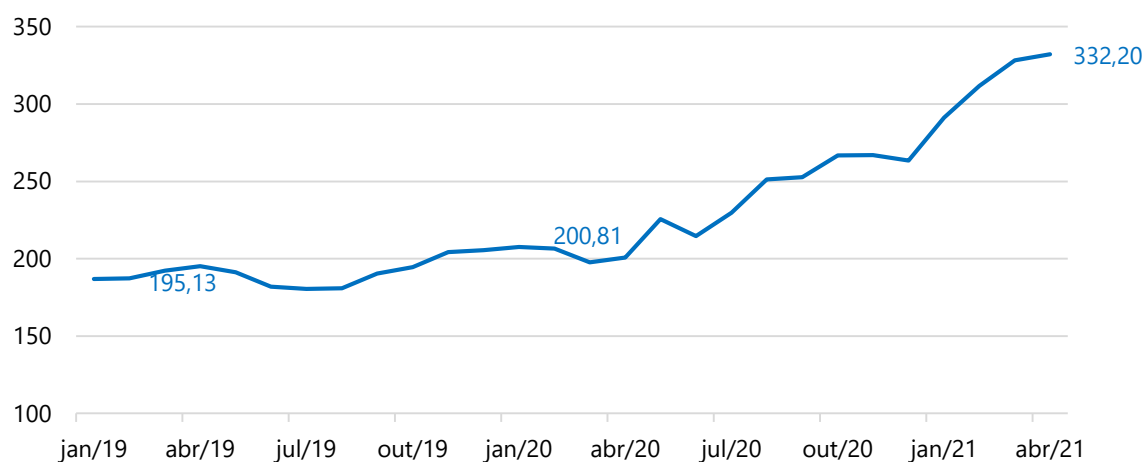
Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

O desempenho da indústria capixaba também foi observado pelos indicadores de comércio exterior. Apesar de uma queda de -7,9% na quantidade exportada pela indústria no período de janeiro a abril, o valor (em US\$) das exportações industriais do Espírito Santo expandiu 35,2% em comparação com os mesmos meses de 2020. Os setores que apresentaram as maiores variações monetárias no período foram metalurgia (70,6%), extração de minerais metálicos (44,9%) e produtos de minerais não-metálicos (32,6%). **Vale ressaltar que essa elevação dos valores das exportações está correlacionada com a expansão dos preços internacionais das commodities, tais como a cotação dos contratos futuros de minério de ferro refinado (aumento de 93,6% no período), a de bobina de aço (143,2%), a do petróleo Brent (67,3%) e a do petróleo WTI (73,3%).**

A nível nacional, o Índice de Commodities (IC-Br) divulgado pelo Banco Central também aponta para o aumento dos preços das commodities (não apenas as industriais), mas cotado na moeda nacional. O IC-Br passou de uma média de R\$ 200,81 em abril de 2020 para uma média de R\$ 332,20 em abril de 2021, acréscimo de 65,43%. O aumento nos preços das commodities, juntamente com a taxa de câmbio, ajudam a explicar o aumento dos preços na economia. **No acumulado em 12 meses até abril, o Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP-M, registrou um aumento de 32,02%, puxado pela alta de 43,62% no Índice de Preços ao Produtor Amplo – que capta as variações de preços de produtos agropecuários e industriais cobrados entre as empresas.**

Gráfico – Evolução do Índice de Commodities (IC-Br) | Cotação média em R\$



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes

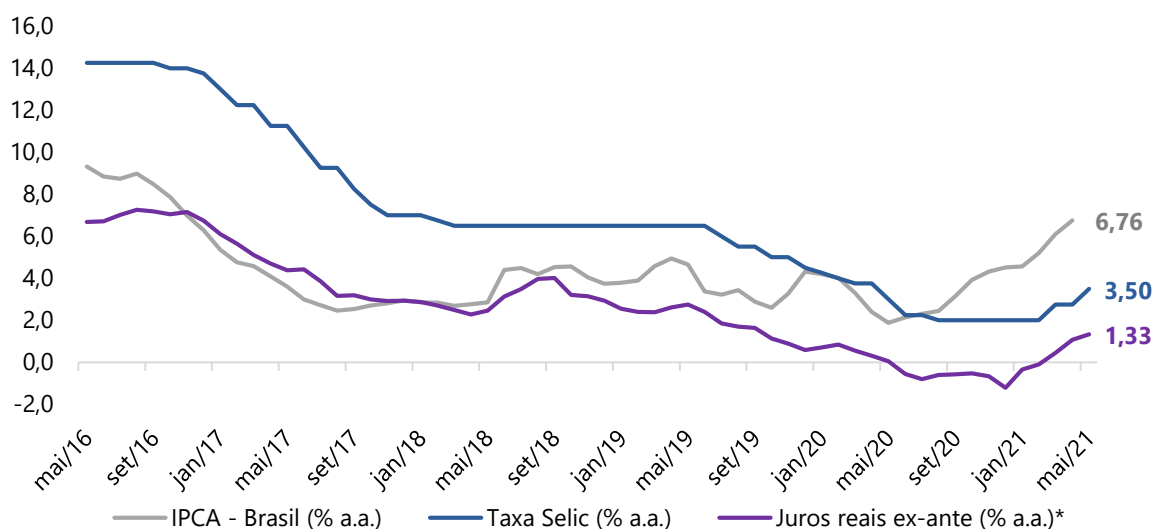
Já o IPCA, o indicador mais comum para mensurar a inflação no país, ficou em 6,76% no acumulado em 12 meses até abril e segue acima da meta estabelecida para 2021. Na Grande Vitória, o IPCA acumula alta de 7,53% no período, pressionado pelos preços dos artigos de residência (13,15%), dos alimentos (12,08%), dos transportes (12,00%) e da habitação (7,17%).

Diante da escalada no comportamento do IPCA e considerando outros fatores, no início de maio o Comitê de Política Monetária elevou em 0,75 p.p. a

taxa Selic para 3,50% a.a., e se comprometeu em realizar outro ajuste de 0,75 p.p em junho, caso não haja uma mudança nos condicionantes da trajetória da inflação.

Com a expectativa de uma taxa de inflação no curto prazo em níveis mais elevados e a taxa Selic aumentando, os juros reais ex-ante da economia brasileira voltaram a registrar taxas positivas a partir de março de 2021, chegando a 1,33% em abril, as quais estavam em território negativo desde junho de 2020.

Gráfico – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

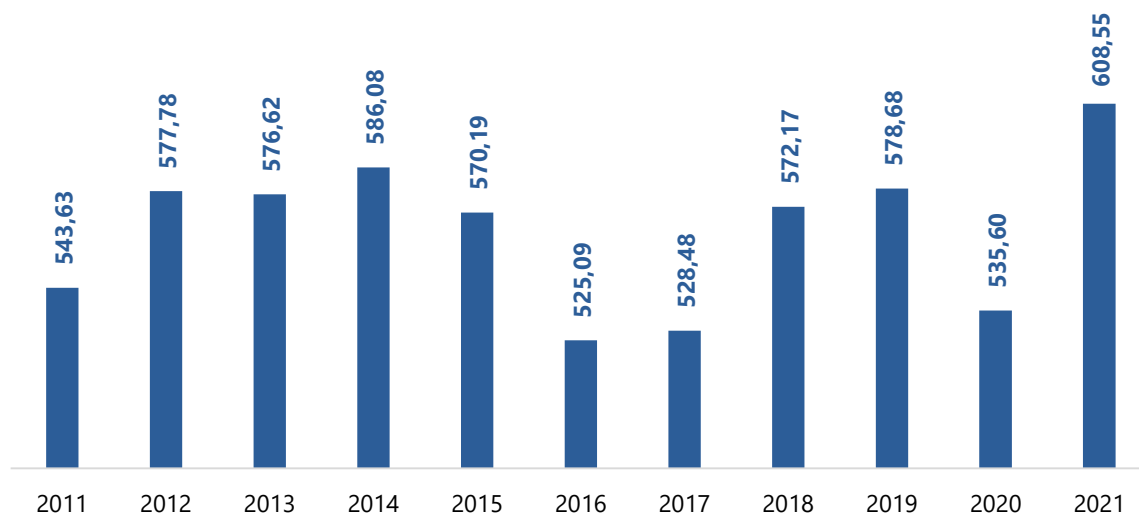
Em relação ao mercado de crédito, mesmo com o recuo da atividade econômica (-1,59% para o Brasil e -0,32% para o Espírito Santo na passagem de fevereiro para março) e um cenário de piora da pandemia e da retomada das medidas restritivas na maioria dos estados em março, no mês houve uma expansão do saldo de crédito no país de 14,5% frente a março de 2020 e de 1,5% em relação a fevereiro. No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em março totalizou R\$ 63,1 bilhões, crescimento mensal de 4,6%. Esta é a nona alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às empresas (9,0%), que alcançou R\$ 28,3 bilhões. Cabe ressaltar, que as medidas creditícias de enfrentamento aos impactos da Covid-19 na economia contribuem para uma maior expansão do volume geral de crédito.

A arrecadação federal apresentou um resultado expressivo no acumulado de janeiro a abril. No período, a Receita Federal arrecadou R\$ 608,55 bilhões, acréscimo real de 13,62% em relação aos mesmos meses do ano passado. Este foi o melhor resultado para o período desde o início da série histórica em 1995. Entre os fatores que contribuíram para esse desempenho estão os acréscimos dos montantes

arrecadados pelo Imposto sobre a Importação (35,9%) e pelo o IPI Vinculado à Importação (50,0%) decorrentes dos aumentos de alíquotas e da taxa de câmbio.

Na análise de finanças públicas do Espírito Santo, no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, as receitas do governo estadual totalizaram R\$ 5,7 bilhões, redução real de -7,4% da arrecadação estadual, em relação ao mesmo período de 2020. Nessa base de comparação, as despesas liquidadas somaram R\$ 4,2 bilhões, equivalentes a uma queda real de -13,8%. A queda nas receitas estaduais está associada às reduções das receitas de operações de crédito (-90,8%) e das receitas intraorçamentárias (-91,2%), já que as transferências correntes (10,0%) e as arrecadações tributárias (10,2%) expandiram no acumulado do ano. Inclusive, o ICMS, principal componente da receita tributária, aumentou 14,1% no período, devido aos crescimentos de 40,6% no ICMS-Indústria e de 21,6% no ICMS-Comércio. Já a principal explicação para a queda nas despesas está relacionada com os gastos com pessoal, que reduziram -26,0%, puxados pela queda com as obrigações patronais.

Gráfico - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a abril – em R\$ bilhões (a preços de abril de 2021)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

1. Seção Destaque

FIP-ES: os desdobramentos do Fundo Soberano do Espírito Santo

Em junho de 2019, o Espírito Santo deu um passo na direção de se pensar o desenvolvimento de longo prazo. Com a criação do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funeses) pela Lei Complementar nº 914 de 17 de junho de 2019¹, o Governo do Estado passou a destinar uma parcela das receitas provenientes da exploração de recursos naturais finitos, como petróleo e gás natural², para financiar investimentos que beneficiarão as gerações atuais e futuras.

Os recursos do Funeses têm como finalidade (i) a promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Estado por meio de uma política de investimentos estratégicos e (ii) gerar mecanismos de poupança de longo prazo, com caráter intergeracional, a fim de mitigar possíveis riscos fiscais e auxiliar a condução de política fiscal anticíclica³.

A partir destas duas vertentes do Funeses, a utilização dos recursos do fundo enquadra-o em três dos cinco tipos de fundo soberano de investimento (FSI)⁴ definidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵. De propriedade do governo e criados para uma variedade de propósitos macroeconômicos, o FMI classificou cinco tipos de FSI, de acordo com os seus objetivos: (i) fundos de estabilização, cujo principal objetivo é proteger o orçamento e a economia nos preços das commodities; (ii) fundos de poupança para gerações futuras, visando a conversão de ativos não-renováveis em portfólios diversificados e

mitigando a também a chamada doença holandesa⁶; (iii) fundos de investimentos das reservas internacionais, criados com o objetivo de aumentar os retornos das reservas; (iv) fundos de desenvolvimento, que auxiliam em projetos socioeconômicos e/ou promovem políticas industriais para impulsionar o crescimento do PIB potencial do país; (v) fundos de pensões contingenciais, que proveem recursos para passivos de pensão não especificados contingentes no balanço do governo. Dessa forma, o Funeses foi constituído para atender os objetivos de estabilização, poupança para gerações futuras e de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

Em 2021, o Conselho Gestor do Fundo Soberano (COGEF), por meio da Resolução nº 02/2021, definiu que 40% dos valores de royalties recebidos nos termos do art. 49 da Lei nº 9.478/1997 e 15% dos valores de participação especial recebidos nos termos do art. 50 da lei supracitada serão destinados para o Funeses.

De acordo com Relatório de Desempenho do Funeses⁷, os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no estado totalizaram cerca R\$ 410 milhões até fevereiro de 2021, sendo R\$ 168,95 milhões relativos ao repasses mensais de royalties e R\$ 241,46 milhões relativos aos repasses trimestrais das participações especiais.

¹ Entenda como o governo estadual aproveitou uma importante janela de oportunidade para a constituição do Funeses a partir da assinatura de acordo entre a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Petrobras envolvendo o Novo Campo de Jubarte em [Boletim-Junho_2019.pdf \(portal.daindustria-es.com.br\)](http://portal.daindustria-es.com.br/Boletim-Junho_2019.pdf).

² As principais receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural para os cofres públicos são os royalties e as participações especiais. Segundo definições da Agência Nacional do Petróleo (ANP) os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro, como uma remuneração à sociedade pela exploração destes recursos não renováveis. As participações especiais são uma compensação financeira extraordinária que incide sobre a exploração e produção em campos de grande volume. Para mais detalhes, confira o site da ANP: <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes>.

³ As políticas anticíclicas são um conceito econômico que denomina a ação do Estado para influenciar eventuais desequilíbrios macroeconômicos. Na maioria das vezes, uma política fiscal anticíclica busca promover efeitos compensatórios em momentos de desaquecimento da economia, via aumento dos gastos públicos e investimentos. As medidas governamentais de enfrentamento à pandemia da Covid-19, com a ampliação dos gastos públicos, é um exemplo de política anticíclica.

⁴ Em inglês, *Sovereign Wealth Funds (SWF)*.

⁵ Acesse o texto sobre os fundos soberanos de investimento do FMI em <https://bit.ly/2QLFXK3>.

⁶ De acordo com Magalhães (2010, pág. 22), o termo “doença holandesa” refere-se às dificuldades de países exportadores de recursos naturais manterem uma taxa de câmbio que permita à sua indústria permanecer competitiva. Acesse https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10649/1/2010_AndreSimasMagalhaes.pdf.

⁷ Acesse o Relatório de Desempenho do Funeses em <https://bit.ly/3fH6noY>.

Entre julho de 2019 e fevereiro de 2021, o Funeses acumulou um total de R\$ 10 milhões em rendimentos de aplicação^{8 9}.

Com o Decreto nº 4.765-R, de 26 de novembro de 2020, que regulamentou o Funeses, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) receberam a atribuição de agentes operadores do fundo soberano. Assim, cabe ao Bandes a promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Estado (agente de desenvolvimento) e ao Banestes a responsabilidade de formar reserva financeira, como mecanismo de poupança de longo prazo (agente

financeiro). Desta forma, segundo a Resolução COGEF nº 03/2021, até o final de 2021, 60% dos recursos aportados no Funeses serão destinados ao Bandes e os 40% restantes para o Banestes¹⁰.

Segundo o Relatório de Desempenho de março de 2021 e a chamada pública para a seleção de gestores para estruturação de Fundo Exclusivo de Investimento em Participações (FIP)¹¹, os recursos do Funeses serão alocados pelo Bandes nos fundos de investimentos estruturados, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As modalidades identificadas para os anos de 2021 e 2022 são mostradas abaixo.

Tabela 1 – Fundos de investimentos estruturados com recursos do Funeses

Período	Fundos Estruturados	Total de recursos
Início de 2021	Fundos de Investimento em Participações Exclusivo - FIP	R\$ 250 milhões
Início de 2022	Fundos de Investimento Imobiliário - FII	R\$ 150 milhões
Início de 2022	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	R\$ 100 milhões

Fonte: Relatório de Desempenho do Funeses.

Elaboração: Ideies/Findes.

Neste primeiro momento, o Bandes direcionará a sua atenção para a constituição de FIPs na categoria Venture Capital Multiestratégia, por admitir investimentos em diferentes tipos e portes de sociedades¹².

O FIP-ES será um fundo de Venture Capital, sendo o maior de sua categoria no país com recursos públicos.

No início deste mês, o Bandes lançou o edital de chamada pública para seleção da empresa responsável pela gestão do FIP. Essa empresa terá que (i) identificar, analisar, negociar, operacionalizar e documentar os investimentos

e desinvestimentos do FIP; (ii) participar do aconselhamento, apoio e monitoramento das companhias investidas em suas estratégias e oportunidades de criação de valor; (iii) implementar a governança do FIP e ser responsável pelo relacionamento com o investidor, incluindo o envio de informações periódicas; entre outras

Dessa forma, o FIP do Funeses será gerido por empresa privada e que tomará as melhores decisões de investimentos nas empresas que atuam e possuem sede fiscal no Estado ou empresas que vão entrar em território capixaba.

⁸ Os recursos aportados foram aplicados em investimentos de renda fixa, especificamente em Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banestes.

⁹ Neste mês de maio, em cerimônia de lançamento da chamada pública para a contratação de uma empresa de gestão de recursos para o FIP-ES, foi informado que os recursos do Funeses já alcançaram R\$ 441 milhões e, em um cenário realista para pessimista o patrimônio do Funeses poderá atingir R\$ 841 milhões ao final de 2021, podendo chegar R\$ 1 bilhão de acordo com a projeção da pela equipe de governo. Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/columas/beatriz-seixas/fundo-com-dinheiro-do-petroleo-deve-ter-saldo-de-r-1-bi-ate-2022-0521>.

¹⁰ Para o exercício seguinte, caberá novamente ao Conselho definir esse percentual, conforme estabelecido na Lei nº 914/2019 e regulamentado pelo Decreto nº 4765-R/2020.

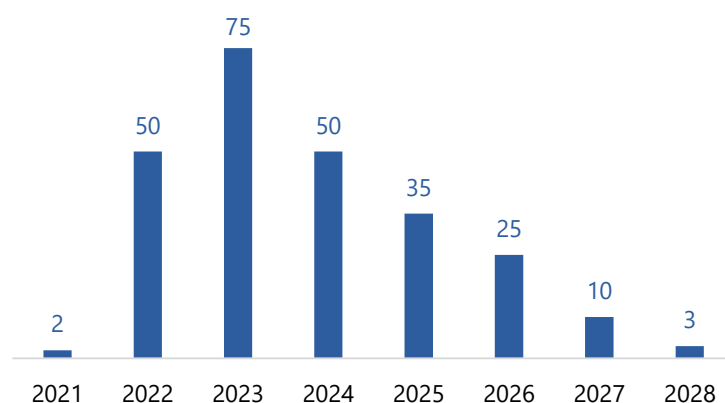
¹¹ Veja mais em <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/1093/edital-funeses>.

¹² Na modalidade de Venture Capital, os investimentos são realizados em empresas com estágios iniciais de desenvolvimento. O aporte de capital visa auxiliar na estruturação e/ou expansão das empresas de pequeno e médio porte.

O secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação, Tyago Hoffmann, esclareceu em entrevista ao Jornal A Gazeta que o Funes não será sócio-gestor nem participará de conselho de administração. Com o FIP-ES, o Funes será sócio-investidor das empresas e acompanhará o cumprimento de metas estabelecidas em contrato¹³. A gestora a ser contratada para o FIP-ES é que participará do aconselhamento, apoio e monitoramento das companhias investidas em suas estratégias e oportunidades de criação de valor¹⁴. Assim, o Governo do Estado não participará da gestão das empresas investidas.

A previsão para início do FIP se dará em outubro de 2021 com as seguintes previsões de aportes anuais, segundo o Relatório de Desempenho do Funes¹⁵.

Gráfico 1 – Previsão de aportes anuais do FIP – R\$ milhões



Fonte: Relatório de Desempenho do Funes.
Elaboração: Ideies/Findes.

Tabela 2 – Principais informações do FIP – FUNSES 01

Principais informações	Descrição
Prazo de duração	10 anos, prorrogável por mais 2 anos
Período de investimento	5 primeiros anos
Enquadramento do fundo	Fundo de Investimento em Participações Exclusivo (FIP) - Multiestratégia, a ser regido pela Instrução CVM 578/16, de 30/08/2016 e alterações posteriores
Patrimônio mínimo	R\$ 250 milhões
Composição do patrimônio do fundo	Recursos do Funes em sua totalidade
Portfólio/Região Alvo	O capital efetivamente investido pelo fundo deverá ser destinado a projetos de empresas que tenham ou venham a ter investimentos no Estado do Espírito Santo ou em todo território nacional, desde que a empresa tenha sede fiscal no Estado do Espírito Santo. O limite máximo de investimento por empresa não deverá ser superior a 15% do Patrimônio do fundo.
Sectores-Alvo	Tecnologias da Informação e Comunicação ("TIC"); Nanotecnologia; Varejo e Comércio Eletrônico; Economia Criativa, Serviços Financeiros; Economia Digital; Educação; Saúde e Ciências da Vida; Energias Renováveis; Químico e Materiais; Meio Ambiente; Agronegócio; Metalmeccânico; Transporte; Logística; Rochas Ornamentais; Economia do Turismo e Lazer; Madeira e Móveis; Confecção; Têxtil e Calçados.

Fonte: Edital de Chamada Pública do FIP – FUNSES 01.

Elaboração: Ideies/Findes.

¹³ Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/fundo-do-governo-do-es-vai-investir-em-empresas-a-partir-de-2022-0521>.

¹⁴ O edital de chamada pública estabelece que o FIP – FUNSES 01 deverá ter necessariamente um Comitê de Investimento interno com participação exclusiva da gestora para deliberar, dentre outras matérias, acerca dos investimentos e desinvestimentos. O Comitê de Investimento não deverá contar com a participação deliberativa do investidor Funes e o Bandes participará como membro observador do comitê.

¹⁵ De acordo com as informações passadas durante a cerimônia de lançamento do Edital neste mês de maio, o FIP-ES vai iniciar com um montante de R\$ 250 milhões e tem a previsão de realizar os primeiros aportes no 1º trimestre de 2022. Até 2022, a expectativa é que os aportes provenientes dos royalties alcancem R\$ 504 milhões. Assista a cerimônia em <https://www.youtube.com/watch?v=MUwISeBd8KE>. Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/colunas/beatriz-seixas/fundo-do-petroleo-pode-ir-a-ser-aberto-para-prefeitura-e-pessoa-fisica-0521> e <https://www.agazeta.com.br/es/economia/fundo-do-governo-do-es-vai-investir-em-empresas-a-partir-de-2022-0521>.

De acordo com o diretor-presidente do Bandes, Munir Abud, esta nova modalidade será uma ferramenta de atração e de crescimento de empresas no Estado. "Este será um dos maiores fundos de investimentos em participações do País, uma forma de consolidarmos o ambiente de investimento no Estado, tudo com celeridade e transparência. O Fundo de Investimento em Participação poderá atuar encorpando as empresas e dando solidez para que se possa retomar a dinâmica econômica nos próximos anos."

As oportunidades de investimento se darão em empresas que tenham a sua atividade principal voltada para a inovação ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, que resulte em novos produtos, processos ou serviços nos setores-alvo. Em relação aos setores-alvo, boa parte dos Setores Portadores de Futuro para o Espírito Santo, que fazem parte do projeto Indústria 2035, estão contemplados.

O Indústria 2035 é uma iniciativa da Federação das Indústrias do Espírito Santo, coordenada pelo Ideies, que tem como objetivo promover uma agenda estratégica de desenvolvimento sustentável para o estado, à luz de suas potencialidades, visando sua prosperidade, crescimento e maior presença nas cadeias produtivas nacionais e globais. A primeira etapa do projeto – Setores Portadores de Futuro¹⁶ – identificou 17 setores, segmentos e áreas com uma maior propensão de impulsionar a economia capixaba.

Essa aproximação do setor produtivo capixaba com os objetivos do governo estadual de fomentar o desenvolvimento sustentável do Estado reflete a convergência dos interesses dos principais atores do estado para situar o Espírito Santo numa posição competitiva em nível nacional e internacional.

Tabela 3 – Setores Portadores de Futuro – Indústria 2035

Setores Portadores de Futuro		Está contemplado nos setores-alvo do FIP-ES?
Estruturais	Agroalimentar	Sim ¹
	Celulose e Papel	-
	Confecção, Têxtil e Calçados	Sim
	Construção	-
	Economia Criativa	Sim
	Economia do Turismo e Lazer	Sim
	Indústria do Café	Sim ¹
	Madeira e Móveis	Sim
	Metalmecânico	Sim
	Petróleo e Gás Natural	-
	Rochas Ornamentais	Sim
Emergentes	Biotecnologia	-
	Nanotecnologia	Sim
Transversais	Economia Digital	Sim
	Energia	Sim ²
	Infraestrutura	Sim ³
	Logística	Sim
	Meio Ambiente	Sim

Notas: (1) Considerado correspondente ao setor-alvo do FIP-ES de "Agronegócio". (2) Considerado correspondente ao setor-alvo do FIP-ES de "Energias Renováveis". (3) Considerado correspondente aos setores-alvo do FIP-ES de "Logística e Transporte".

Fonte: Ideies / Findes.

¹⁶ O Ideies/Findes já lançou quatro Rotas Estratégicas dos setores Agroalimentar, Petróleo e Gás Natural, Biotecnologia e Confecção, Têxtil e Calçados. Essas rotas consistem em elaboração de visões de futuro, identificação de barreiras e fatores críticos, e proposição de uma agenda convergente de ações para os Setores Portadores de Futuro para o Estado do Espírito Santo 2035.

A regulamentação do Funeses e seus desdobramentos é uma das ações previstas no Plano Espírito Santo – Convivência Consciente no eixo de “Crédito e Financiamento”. Esse plano reúne um conjunto de ações envolvendo órgãos do poder público e do setor produtivo para promover o desenvolvimento econômico¹⁷, com o objetivo de reduzir os impactos sofridos pela população capixaba em decorrência da pandemia da Covid-19. São previstos mais de R\$ 32 bilhões em investimentos dos Governos Federal, do Estado e do setor privado até o final de 2022. A estimativa é de que sejam criadas mais de 100 mil vagas de emprego.

A iniciativa do Governo do Estado ao criar o fundo soberano e destinar os recursos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e uma poupança intergeracional se mostra importante, principalmente considerando o cenário de crise econômica-sanitária.

Entretanto, experiências internacionais de fundos soberanos mostram como fatores críticos de sucesso que os objetivos do fundo estejam diretamente ligados às suas definições de governança, transparência e estratégias de investimento.

O diagnóstico do extinto Fundo Soberano do Brasil (FSB) é de que o fundo não foi bem-sucedido por conter objetivos conflitantes (formar poupança x mitigar efeitos dos ciclos econômicos) e por não ter tido regras de aporte e resgate bem definidas, e ter sido prejudicado por um momento de agravamento da crise fiscal, com sucessivos déficits primários e aumento da dívida pública, o que conflitava com a estratégia de se manter um fundo formador de poupança.

No caso do Espírito Santo, como apontado nesta seção, o Funeses pode ser enquadrado como fundo de estabilização, de desenvolvimento e de poupança para gerações futuras, o que também indica, em um primeiro momento, objetivos

conflitantes. Entretanto, até que o patrimônio do Funeses atinja R\$ 1 bilhão, o fundo soberano capixaba deverá seguir os objetivos de desenvolvimento e de poupança de longo prazo, com o Baneses sendo o agente de desenvolvimento e Banestes exercendo a função de agente formador de reserva financeira. Em relação ao objetivo de estabilização, o Decreto nº 4.765-R de 2020 esclarece que o resgate dos recursos do Funeses pelo Governo do Estado, para mitigar riscos fiscais e auxiliar a condução da política fiscal em períodos anticíclicos, só poderá ocorrer quando o saldo dos recursos ultrapassar o montante de R\$ 1 bilhão e a partir do cumprimento de um dos requisitos do parágrafo 1º do art. 50 do referido decreto¹⁸.

O art. 51 também dispõe sobre o resgate dos recursos do Funeses e autoriza o Governo do Estado a reverter ao Tesouro Estadual, após 15 anos da constituição do fundo, os recursos aplicados com objetivo de formar reserva financeira para realização de obras, investimentos e concretização de políticas sociais. Os regates estabelecidos no art. 51 deverão manter um saldo mínimo de R\$ 1 bilhão no Funeses para garantir a sua manutenção, condicionados ao cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos: (i) o saldo remanescente deve ultrapassar o patamar mínimo de R\$ 2 bilhões; (ii) um limite anual de 25% do valor disponível apurado segundo metodologia do inciso II, parágrafo 2º do art. 51; e (iii) os recursos provenientes do resgate serão destinados às obras, aos investimentos e à concretização de políticas sociais ligadas às áreas de saúde, educação, direitos humanos, trabalho e assistência social.

Portanto, com a regulamentação do Funeses, o Espírito Santo dá mais um passo para a construção de um futuro mais sustentável para a economia e a sociedade capixabas. Mas é a correta gestão do fundo que determinará se o Funeses cumprirá os objetivos traçados.

¹⁷ O Plano Espírito Santo – Convivência Consciente foi estruturado em sete eixos de atuação: Desburocratização; Medidas Tributárias; Crédito e Financiamento; Monitoramento dos Impactos na Economia; Aceleração dos Investimentos Públicos e Privados; Inovação e Tecnologia e Geração de Emprego e Renda.

¹⁸ Art. 50. § 1º O resgate é condicionado ao saldo dos recursos depositados na forma do art. 8º, II, da Lei Complementar nº 914, de 2019, atingir o montante superior à R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e ao cumprimento de um dos seguintes requisitos: I - a receita de caixa do Tesouro Estadual apresentar queda real em relação ao mesmo período do exercício anterior nos 2 (dois) anos anteriores; ou

II - existência de riscos cambiais que possam afetar a condução da política fiscal, decorrentes da discrepância entre as projeções da taxa de câmbio incidente sobre as operações de crédito vincendas e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública.

2. Atividade Econômica

Até o final de maio, o processo de vacinação contra a Covid-19 foi acelerado em algumas regiões do mundo, com destaque para a taxa de imunização (com a aplicação de todas as doses necessárias) nos países Israel (59,22%), Chile (41,13%), Estados Unidos (39,70%) e Reino Unido (35,42%). A média mundial encontra-se em 4,61%.

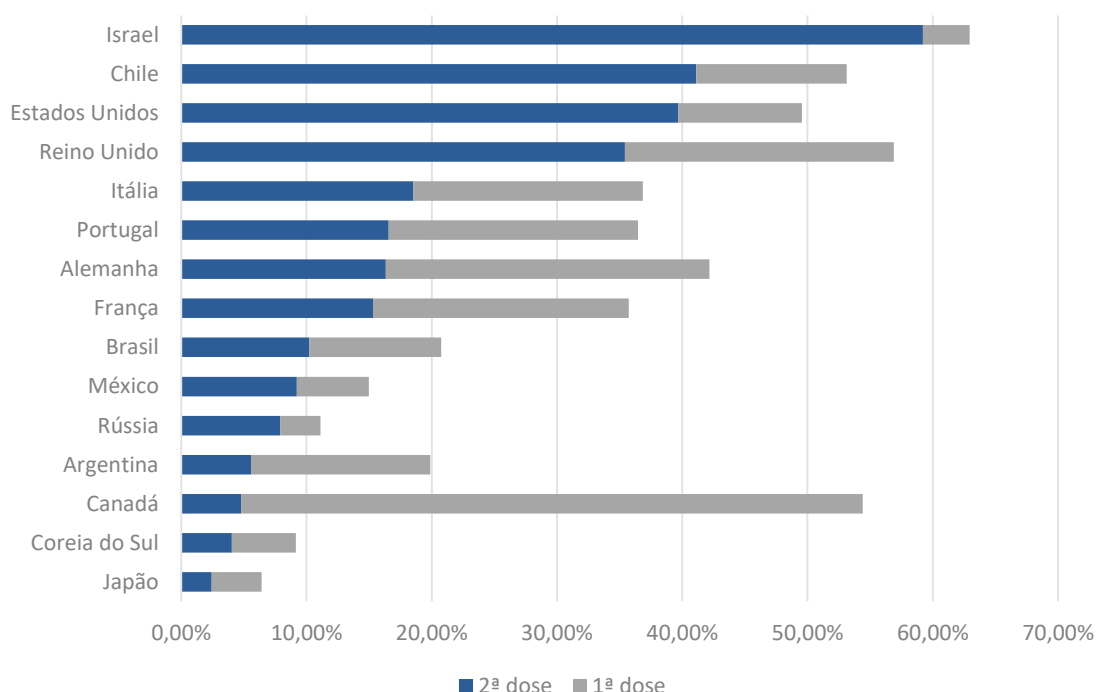
No Brasil, cerca de 65,6 milhões de doses foram administradas até o momento, com uma cobertura de 20,75% da população brasileira na 1ª dose e 10,22% na 2ª dose, de acordo com os dados do Consórcio de Veículos de Imprensa.

O país tem enfrentado a escassez da matéria-prima chinesa (o IFA, Ingrediente Farmacêutico Ativo) para a fabricação local das vacinas, o que pode gerar uma desordem no cronograma da vacinação a partir do possível atraso nas entregas das vacinas produzidas pelo Instituto Butantã e das produzidas pela Fiocruz¹⁹. Contudo, o

Ministério da Saúde anunciou este mês o andamento no contrato com o laboratório Pfizer para a compra de mais lotes de doses de imunizante²⁰ e a antecipação do envio de doses de vacinas Oxford/AstraZeneca por meio do consórcio global Covax Facility²¹.

O Espírito Santo, assim como as demais unidades federativas, aguarda o repasse das doses enviadas pelo Ministério. O estado é um dos que apresenta a maior cobertura na primeira dose, com 23,41% da população local vacinada, e com 9,98% referente à segunda dose (Anexo 2). Além disso, no decorrer do mês de maio, o estado registrou melhora no quadro epidemiológico com base no Mapa de Risco, em que não há mais municípios classificados em risco extremo, apesar de 24 cidades ainda estarem em risco alto²².

Gráfico 2- Cobertura (%) da população local vacinada contra a Covid-19



Fonte: Our World in Data e Consórcio de Veículos de Imprensa. Dado coletado às 10h do dia 28/05/2021.
Elaboração: Ideies / Findes

¹⁹ Veja mais em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/18/novo-lote-de-insumo-chines-permite-19-milhoes-de-doses.ghtml>

²⁰ Confira em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-e-pfizer-assinam-contrato-para-compra-de-mais-100-milhoes-de-doses-de-vacinas-covid-19>

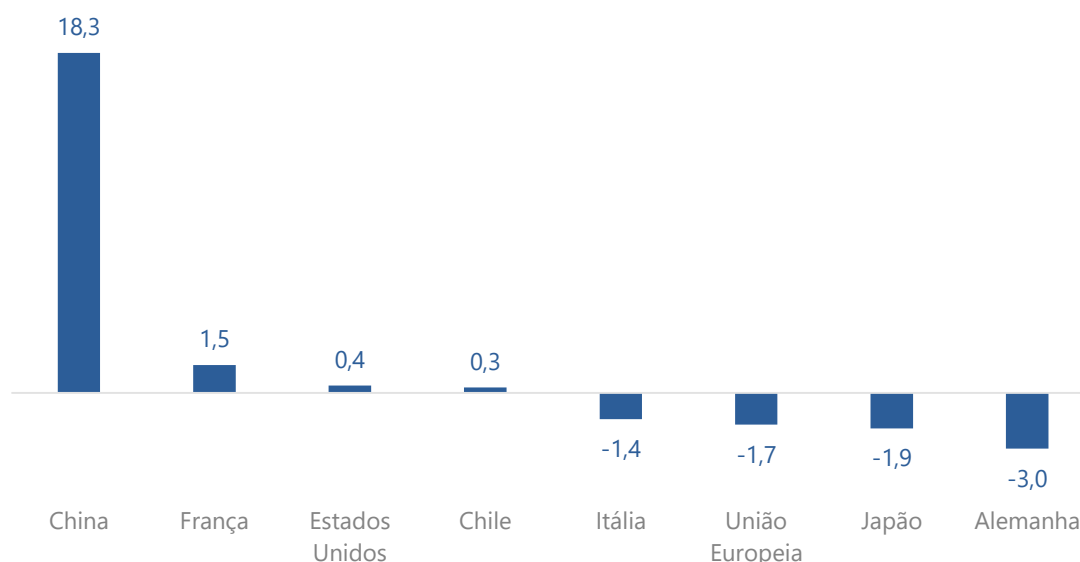
²¹ Acompanhe em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-antecipa-recebimento-de-mais-4-milhoes-de-doses-de-vacinas-oxford-astrazeneca>

²² Veja mais em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-espírito-santo-divulga-560-mapa-de-risco-covid-19>

Em relação ao desempenho das principais economias do mundo, estas apresentaram performances diferentes no que diz respeito aos efeitos da pandemia sobre o PIB no 1º trimestre de 2021. O PIB da União Europeia recuou -1,7% frente ao 1º trimestre de 2020, devido à necessidade de ampliação das medidas de contenção do espalhamento da Covid-19, sobretudo em janeiro. A França foi um dos poucos países do bloco econômico a registrar variação positiva²³, com o avanço de 1,5% no PIB explicado pelo aumento dos gastos do governo (3,5%) e da formação

bruta de capital fixo (8,9%). A variação de 0,4% no PIB dos Estados Unidos reflete a continuidade no processo de recuperação econômica, devido à reabertura dos estabelecimentos e dos programas de auxílio do governo norte americano, de acordo com o Bureau of Economic Analysis. Já a expansão de 18,3% da economia chinesa é explicada, principalmente, pela base de comparação deprimida em 2020, por ter sido o primeiro país epicentro da Covid-19 a aplicar as medidas de contenção da doença logo no início de 2020.

Gráfico 3 – Variação (%) do PIB de países selecionados - 1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020



Fonte: LCA, BEA, Eurostat, ESRI, Banco Central do Chile.
Elaboração: Ideies / Findes

No Brasil, os dados referentes ao PIB do 1º trimestre de 2021 serão conhecidos em junho, de acordo com o calendário do IBGE.

Contudo, o indicador de atividade econômica do Banco Central, que pode ser interpretado como uma prévia do PIB, registrou um avanço de 2,27% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado.

Esse desempenho positivo da economia brasileira foi influenciado pelos avanços de 4,4% da indústria e de 1,4% no volume de vendas do comércio varejista, enquanto o volume de vendas no comércio restrito e o volume de serviços recuaram -0,6% e -0,8%, respectivamente.

Na passagem de fevereiro para março, o IBC-Br reduziu -1,59%, devido ao agravamento da pandemia no país que levou ao endurecimento das medidas restritivas e interrompeu a sequência de dez resultados positivos na variação marginal.

²³ Assim como a França, a Lituânia (1,0%) e a Eslováquia (0,5%) apresentaram PIB positivo no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Veja o desempenho dos demais países em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/11563071/2-30042021-BP-EN.pdf/bf5d61eb-d36f-7fb4-97c8-a9ac2ae134cc?t=1619776447550>

No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica regional, o IBCR-ES avançou 2,77% no acumulado de janeiro a março em relação ao mesmo período de 2020. No estado, apenas a produção industrial (-4,8%) apresentou resultado negativo, enquanto o comércio varejista restrito (4,8%), o comércio varejista ampliado (11,4%) e o setor de serviços (0,6%) avançaram nesta base de comparação.

As vendas no comércio capixaba foram positivamente influenciadas pelos segmentos de material de construção (41,4%), vestuário (16,7%), outros artigos de uso pessoal (16,3%), veículos (15,1%), combustíveis (13,1%), artigos farmacêuticos (12,0%), materiais de escritório (8,4%) e supermercados (1,4%). Já o setor de serviços no estado foi impulsionado pelo aumento de 4,4% no ramo de

transportes e correio (veja no Anexo 3 os gráficos correspondentes).

Em março, o IBCR-ES contraiu -0,32% em relação a fevereiro, desempenho superior ao indicador nacional (-1,59%), porém assim como no país, esse resultado negativo foi decorrente do agravamento do quadro sanitário provocado pela Covid-19 e consequente ampliação das medidas restritivas.

As expectativas de mercado apuradas pelo Relatório Focus para o PIB do Brasil em 2020 avançaram pela quinta semana consecutiva e a mediana dessas estimativas chegou a 3,52%. Para 2022, a mediana reduziu de 2,38% para 2,30%.

Tabela 4 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Mar 2021 / Fev 2021 ¹	Mar 2021 / Mar 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	-1,59	6,26	2,27	-3,37
Índice de atividade econômica regional ES	-0,32	6,22	2,77	-2,91
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-2,4	10,5	4,4	-3,1
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	1,5	-1,4	-4,8	-12,7
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,6	2,4	-0,6	0,7
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	-1,2	10,0	4,8	5,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	-5,3	10,1	1,4	-1,1
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	0,8	26,4	11,4	5,7
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-4,0	4,5	-0,8	-8,0
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-2,9	1,6	0,6	-6,7

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

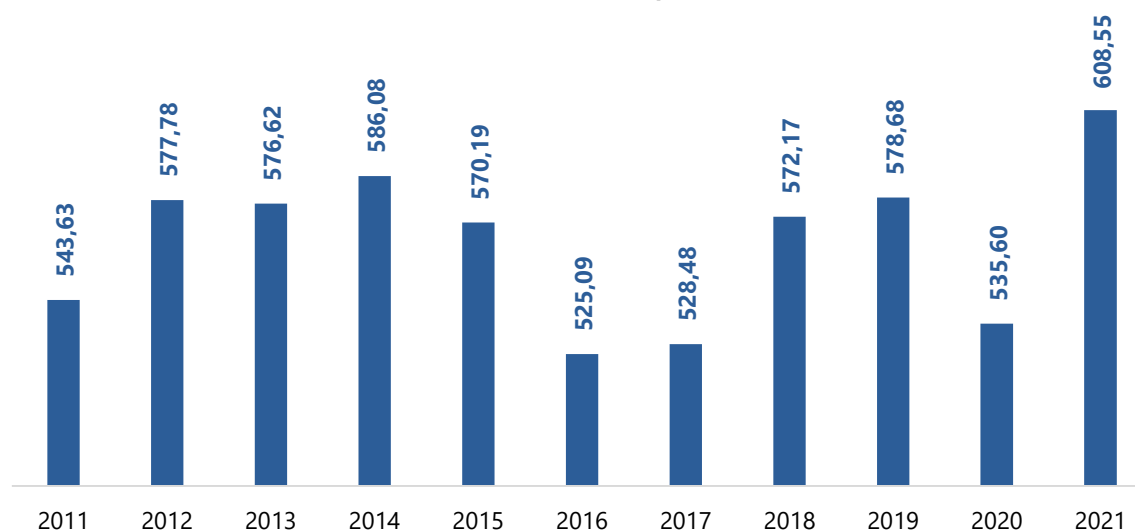
Outra variável relevante na análise da atividade econômica do país é a arrecadação federal. No acumulado de janeiro a abril, a Receita Federal arrecadou R\$ 608,55 bilhões, acréscimo real de 13,62% em relação ao mesmo período do ano passado. Este foi o melhor resultado para o período desde o início da série histórica em 1995.

De acordo com a Receita Federal, esse aumento na arrecadação em relação ao ano passado pode ser explicado pelos seguintes fatores: os acréscimos dos montantes arrecadados pelo Imposto sobre a Importação (35,9%) e pelo o IPI Vinculado à Importação (50,0%)

decorrentes dos aumentos de alíquotas e da taxa de câmbio; pelas contribuições para a Seguridade Social (Cofins) (21,2%) e para o PIS/Pasep, explicada pela prorrogação do prazo de recolhimento no ano passado em função da pandemia e pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e pela Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, especialmente devido aos recolhimentos atípicos que passaram de R\$ 2,8 bilhões em 2020 para R\$ 12 bilhões em 2021, referentes a empresas de diversos setores econômicos.

Somente em abril, foram arrecadados R\$ 156,8 bilhões, o que representa um acréscimo real de 45,22% em relação a abril de 2020, e de 13,34% em relação a março de 2021.

Gráfico 4 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a abril – em R\$ bilhões (a preços de abril de 2021)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal

Elaboração: Ideies / Findes

No campo político, paralelamente à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a condução do combate à pandemia no país, entre as pautas econômicas que têm sido debatidas no governo destacam-se: a Reforma Administrativa, a Reforma Tributária e a agenda de privatizações, sobretudo a da Eletrobras.

A PEC da Reforma Administrativa (Proposta de Emenda à Constituição 32/2020)²⁴ começou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após a leitura do parecer do relator, o deputado Darci de Matos (PSD-SC). Na ocasião, o relator foi favorável à proposta da reforma, mas apontou duas inconstitucionalidades: a proibição de que servidores de carreiras possam desempenhar outras atividades remuneradas, e o poder do presidente da república decretar a extinção ou a transformação de autarquias e fundações públicas²⁵. Vale ressaltar que esta PEC, que tem como emenda a alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, foi enviada pelo Poder Executivo ao Congresso em setembro de 2020, e ainda será debatida na comissão especial para posteriormente ser votada na

Câmara dos Deputados e no Senado.

A Reforma Tributária foi discutida na Comissão Mista e seu texto final encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Nessa Comissão, um dos principais temas apresentado pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que teve como base as três propostas²⁶ de reforma, foi a criação o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)²⁷ em detrimento da extinção da contribuição PIS, da Cofins, do IPI, do ICMS e do ISS. Mesmo com o recebimento do texto final, o Presidente da Câmara decidiu seguir com a Reforma Tributária a partir de análises separadas por temas, tal como a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) proposta pelo Ministério da Economia e o projeto de lei com regras para o Imposto de Renda, o que gerou uma denominação de reforma “fatiada”²⁸. Devido à segmentação da reforma por temas e propostas, o deputado, o presidente do Senado (Rodrigo Pacheco) e o Ministro da Economia (Paulo Guedes) analisam como serão as suas tramitações, tais como os seus relatores e os planos de trabalho nas duas Casas (Câmara e Senado).

²⁴ Veja mais em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0v26xdmjk6ctv1njsqp4wida2d1818401.node0?codteor=1928147&filename=PEC+32/2020

²⁵ Confira em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/05/18/com-atraso-comeca-a-tramitar-a-reforma-administrativa.ghtml>

²⁶ As matérias-base da Reforma Tributária são apresentadas em três frentes: por meio da PEC 110/2019 e da PEC 45/2019, que apresentam como ementa a alteração do Sistema Tributário Nacional, e do PL 3887/2020, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

²⁷ Veja mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/04/relatorio-da-reforma-tributaria-e-apresentado-na-comissao-mista>

²⁸ Confira em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/05/10/lira-diz-que-reforma-tributaria-deve-ser-fatiada-em-tres-ou-quatro-projetos.ghtml>

Outra pauta de discussão atual é a Privatização da Eletrobras por meio da Medida Provisória 1031/2021 elaborada pelo Poder Executivo. O relator da proposta na Comissão Mista, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), apresentou o parecer com algumas alterações sobre o texto original, incluindo a construção de usinas térmicas a

gás e de pequenas centrais hidrelétricas. Após a discussão sobre este ponto, que deixou de ser uma condição para a privatização, e sobre as demais emendas, o texto-base foi aprovado na Câmara dos Deputados, e seguiu para a votação no Senado com um prazo de até 22 de junho.

3. Desempenho Industrial

De acordo Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) do IBGE, a produção industrial do Brasil expandiu 4,4%, no 1º trimestre de 2021, frente aos mesmos meses do ano passado, puxada pelo crescimento da indústria de transformação (5,2%).

Também foram registradas taxas positivas em 20 dos 26 ramos industriais e em três das quatro grandes categorias econômicas, com destaque para as variações em bens de capital (20,4%) e bens intermediários (4,5%). Entre as atividades, máquinas e equipamentos (21,3%), produtos de minerais não metálicos (17,2%) e produtos de metal (16,7%)

exerceram as maiores influências positivas no indicador da indústria geral.

Frente ao 4º trimestre de 2020, a indústria nacional retraiu -0,4%, influenciada pela menor produção na indústria de transformação (-0,6%). Em contrapartida, a indústria extrativa avançou 0,8% nesta base de comparação.

Na comparação de março, contra o mesmo mês de 2020, o desempenho da indústria avançou 10,5%, impulsionada pela indústria de transformação (11,9%). Na passagem de fevereiro para março de 2021, a indústria do Brasil recuou -2,4%, na série com o ajuste sazonal²⁹.

Tabela 5 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo - março de 2021

	Mar 21/ Fev 21*	Mar 21/ Mar 20	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Brasil				
Indústria geral	-2,4	10,5	4,4	-3,1
Indústrias extrativas	5,5	-0,2	-2,1	-2,5
Indústrias de transformação	-3,2	11,9	5,2	-3,2
Bens de Capital	-6,9	29,6	20,4	-4,8
Bens Intermediários	0,2	9,9	4,5	0,0
Bens de Consumo	-11,0	7,5	0,9	-7,9
Bens de consumo duráveis	-7,8	12,0	-0,3	-18,6
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-10,2	6,2	1,2	-5,0
Bens não especificados anteriormente	-	-2,8	-9,1	-18,7
Espírito Santo				
Indústria geral	1,5	-1,4	-4,8	-12,7
Indústrias extrativas	-0,5	-33,8	-26,9	-29,4
Indústrias de transformação	-0,5	28,1	11,5	0,8
Fabricação de produtos alimentícios	10,1	29,6	-9,6	-3,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,3	54,3	60,1	35,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,1	28,2	25,3	4,8
Metalurgia	-13,1	11,9	1,4	-14,0

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

²⁹ Ainda nessa base de comparação, entre as atividades, a maior influência negativa veio de veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,4%), terceira queda consecutiva no indicador deste setor.

No Espírito Santo, a produção industrial recuou -4,8% no 1º trimestre de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior, sob influência da retração na indústria extrativa (-26,9%).

Entre as principais atividades extrativas no estado, a produção de petróleo e gás natural contraiu -23,4%, de acordo com os dados da ANP, e a produção de pelotas de minério de ferro pela Vale S.A. acumulou queda de -29,7% no período³⁰.

A produção da indústria de transformação, por sua vez, avançou 11,5% nesta base de comparação.

A fabricação de celulose, papel e produtos de papel (60,1%) foi a atividade que exerceu a maior influência nesse indicador. Segundo o Relatório da Suzano³¹, o 1º trimestre do ano foi marcado por uma forte demanda de celulose em todas as regiões do mundo e no segmento de papel. Esse fato favoreceu a continuidade da recuperação dos preços dessa commodity, sobretudo, no mercado chinês. Também foi observada uma tendência de recuperação gradual na demanda interna brasileira, com crescimento tanto no segmento de imprimir e escrever e no mercado de papel cartão.

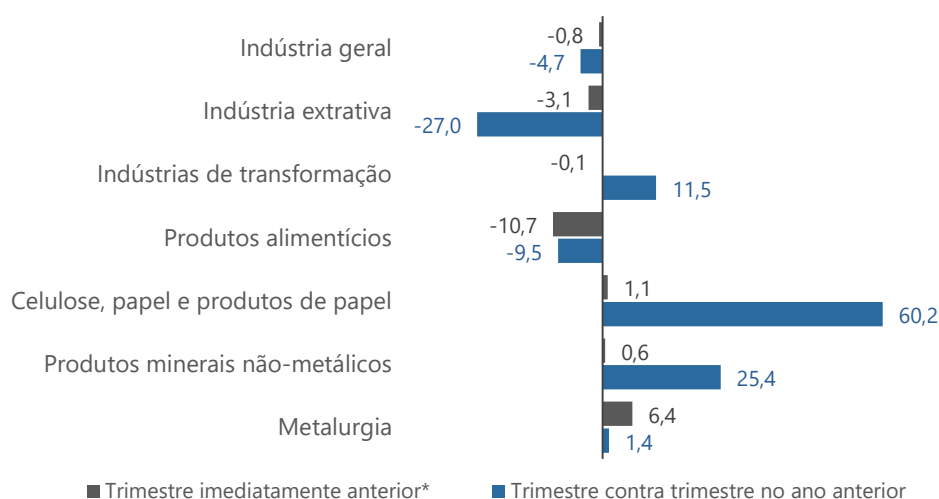
A fabricação de produtos de minerais não-metálicos cresceu 25,3% no 1º trimestre de 2021, puxada pela maior produção de granito talhado ou serrado e cimentos "Portland". A metalurgia cresceu 1,4% sob influência positiva dos itens de bobinas a quente de aços, lingotes, blocos, tarugos ou placas de aço ao carbono, ferro-gusa e bobinas a frio de aço ao carbono.

Na comparação com o 4º trimestre de 2020, na série com ajuste sazonal, a indústria do Espírito Santo variou -0,8%, pressionada pela queda de -3,1% da indústria extrativa.

A indústria de transformação permaneceu praticamente estável em -0,1%, sob a influência da fabricação de produtos alimentícios (-10,7%).

Ainda nessa passagem de trimestre, o maior destaque positivo foi o avanço de 6,4% da metalurgia. Segundo o Relatório da ArcelorMittal³², maior empresa da indústria de aço no Espírito Santo, a produção de aço bruto e planos cresceu após a reinicialização do alto forno 3 na planta de Tubarão em meados de outubro do ano passado. Também houve crescimento na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,1%) e nos produtos de minerais não-metálicos (0,6%).

Gráfico 5 - Variação (%) da Produção Industrial do Espírito Santo, por atividade



(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

³⁰ Como visto na edição de abril deste Boletim, o relatório trimestral da empresa explicou que essa queda foi devido à menor disponibilidade de pellet feed das minas Itabira e Brucutu (MG), resultando na parada voluntária da Usina de Pelotização Tubarão 4 no Espírito Santo.

³¹ Disponível em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_financials/2021/T1/1T21/Release-de-Resultados_1T21_PT_vFinal_CVM.pdf

³² Relatório disponível em: <https://corporate-media.arcelormittal.com/media/wmyepowf/1q-21-earnings-release.pdf>

Em março, frente ao mesmo mês de 2020, a indústria geral capixaba recuou -1,4%, novamente pressionada pela queda na indústria extrativa (-33,8%). O resultado do indicador geral foi contrabalanceado pela expansão de 28,1% na indústria de transformação, em que todas as atividades registraram variações positivas. Na comparação com fevereiro de 2021, a indústria do Espírito Santo cresceu 1,5%, na série com ajuste sazonal, principalmente puxada pela fabricação de produtos alimentícios (10,1%).

Em relação às informações que já estão disponíveis para abril, de acordo com a ANP, a produção petróleo e gás natural no Espírito

Santo totalizou 239,1 mil boe/dia em abril de 2021.

No acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, frente a igual período de 2020, essa importante atividade da indústria extrativa capixaba³³ caiu -19,0%, variação negativa mais intensa que a registrada pelo país (-3,2%). Em relação do mesmo mês do ano passado, o volume extraído de hidrocarbonetos no estado reduziu em -1,3%, resultado que foi contrabalanceado pelo aumento de 35,5% da produção de gás natural.

Tabela 6 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – abril de 2021

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	131.423	2.971.924	3.798.552	5.918	201.866	239.088
Variação (%) - acumulada no ano	2,3%	-4,6%	-3,2%	-9,2%	-20,6%	-19,0%
Variação (%) - abr.21/ abr.20	6,0%	0,5%	1,6%	35,5%	-6,0%	-1,3%
Variação (%) - abr.21/ mar.21	4,2%	4,5%	4,4%	0,6%	-8,6%	-7,3%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

Como parte da produção industrial do Espírito Santo é destinada ao abastecimento do mercado externo, analisar os dados de comércio exterior é fundamental.

No acumulado de janeiro a abril de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior, o valor das exportações da indústria capixaba expandiu em 35,2%, em contrapartida a quantidade reduziu em -7,9%.

As maiores contribuições para esse aumento monetário vieram das atividades de metalurgia (70,6%), extração de minerais metálicos (44,9%) e produtos de minerais não-metálicos (32,6%). Nos dois primeiros casos, os volumes exportados reduziram -14,2% e -2,8%, respectivamente.

A elevação do valor das exportações industriais capixaba está correlacionada à expansão dos preços internacionais

das commodities produzidas no estado. De janeiro a abril 2021, frente aos mesmos meses de 2020, a cotação dos contratos futuros de minério de ferro refinado cresceu 93,6%, a de bobina de aço expandiu 143,2%, a do petróleo Brent avançou 67,3% e a do WTI aumentou 73,3%.

Em abril de 2021, a indústria do Espírito Santo exportou US\$ 637,1 milhões e 2,0 milhões de toneladas.

Se comparado ao mesmo mês de 2020, houve uma expansão, respectivamente, de 70,0% e 10,8%. Destaca-se que a base de comparação no quarto mês do ano passado estava deprimida devido às reduções das vendas externas em função das medidas de distanciamento social e *lockdown* adotadas em diversos países para combater a pandemia de Covid-19.

³³ Na PIM-PF, o petróleo e o gás natural respondem por 27% do índice de produção da indústria extrativa do Espírito Santo.

Tabela 7 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo – Acumulado de janeiro a abril de 2021

Atividades industriais*	Jan. a Abr. 21		Variação no acumulado de 2021	
	US\$	Mil	US\$	Mil
	milhões	toneladas	milhões	toneladas
Metalurgia	748,8	4.005,9	70,6%	-14,2%
Extração de Minerais Metálicos	719,7	1.308,6	44,9%	-2,8%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	256,4	341,4	32,6%	25,0%
Extração de Petróleo e Gás Natural	225,3	643,9	27,5%	54,8%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	147,6	486,1	-31,8%	-27,8%
Extração de Minerais Não-Metálicos	34,7	166,5	0,3%	-1,5%
Fabricação de Produtos Alimentícios	25,4	7,5	-3,3%	-2,9%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	13,9	24,0	0,4%	-8,3%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	5,2	1,0	40,5%	34,1%
Fabricação de Produtos Químicos	4,2	2,8	81,9%	13,7%
Demais atividades	10,4	3,2	-41,1%	-27,5%
Total da indústria	2.191,6	6.990,9	35,2%	-7,9%

(*) Cnae 2.0

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

No que se refere ao setor elétrico do Espírito Santo, em abril de 2021 foram gerados 933,3 MW Med de energia elétrica e o estado consumiu 1.428,4MW Med. Essas quantidades foram, respectivamente, 20,8% e 8,1% maior que as

registradas no mesmo mês de 2020. O consumo de energia elétrica expandiu em todas as atividades industriais capixabas fornecidos pela CCEE (tabela 8).

Tabela 8 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	Abr. 20 MW Med	Abr. 21 MW Med	Variação Mar 21 / Mar 20
indústria geral	Alimentícios	19,1	20,3	6,2%
	Bebidas	0,8	1,3	67,7%
	Extração de minerais metálicos	92,8	98,7	6,4%
	Madeira, papel e celulose	6,3	12,6	100,9%
	Manufaturados diversos	9,1	13,7	51,6%
	Metalurgia e produtos de metal	147,3	159,6	8,4%
	Minerais não-metálicos	40,7	73,1	79,9%
	Químicos	45,7	46,5	1,8%
	Têxteis	0,01	0,15	1.583,5%
Demais	Comércio	20,5	24,2	18,1%
	Saneamento	0,7	1,4	112,0%
	Serviços	66,6	66,4	-0,3%
	Telecomunicações	2,5	3,0	22,9%
	Transporte	0,3	0,3	-8,2%
	Veículos	5,2	3,0	-42,9%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE

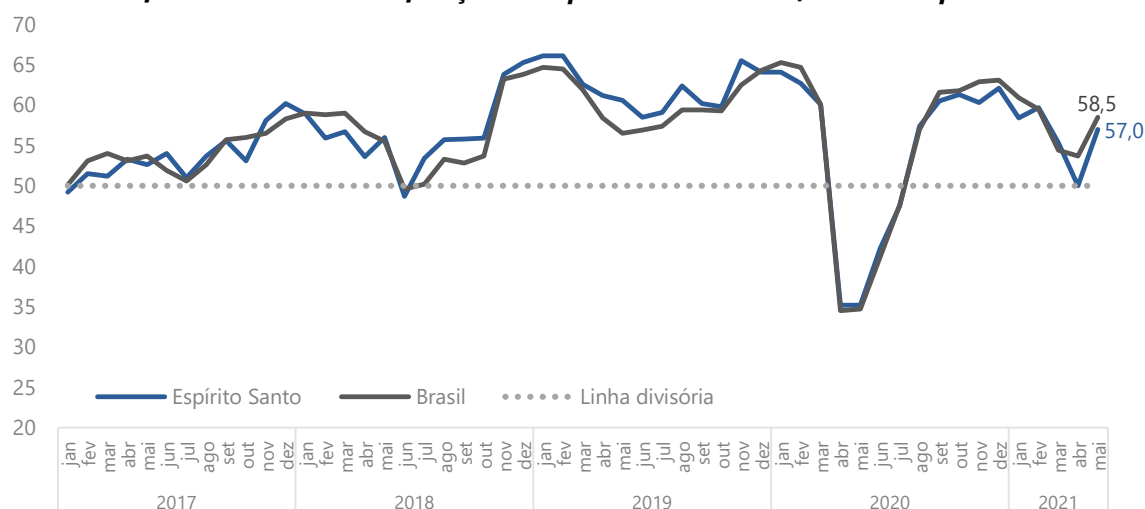
Elaboração: Ideies/ Findes

Em relação à confiança do empresário industrial, em maio de 2021 o ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial) do Espírito Santo cresceu 7,0 pontos frente a abril, atingindo 57,0 pontos. Dessa forma, o índice sinalizou para uma recuperação da confiança dos empresários, após um período de contração causado, principalmente, pelas preocupações com o avanço da Covid-19 e a adoção de novas medidas

restritivas para conter essa contaminação (gráfico 6).

Para o Brasil, com um aumento de 4,8 pontos frente a abril, o ICEI atingiu 58,5 pontos em maio de 2021. Com esse resultado, o indicador quebrou uma sequência de quatro quedas consecutivas e sinaliza uma confiança maior e mais disseminada entre os empresários da indústria.

Gráfico 6 - Índice de Confiança do Empresário Industrial, Brasil e Espírito Santo



Fonte: Ideies/ Fides; CNI

Elaboração: Ideies/ Findes

4. Preços, Juros e Crédito

A inflação brasileira (IPCA) registrou uma variação de 0,31% em abril, desacelerando-se em relação a março (0,93%). Com esse resultado, a variação acumulada em 12 meses do IPCA no país ficou em 6,76% e segue acima da meta estabelecida para 2021³⁴. Na RMGV, o índice mensal subiu

mais que a média do país pelo sétimo mês consecutivo. A variação mensal do IPCA da RMGV de 0,38% fez com que o índice acumulasse um alta de 7,53% nos últimos 12 meses até abril.

Tabela 9 - Variação (%) do IPCA – março de 2021

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,31	0,38
Preços Livres	0,28	0,40
Preços Administrados	0,38	0,34
Acumulado no Ano	2,37	2,94
Preços Livres	1,59	1,99
Preços Administrados	4,64	5,26
Acumulado em 12 meses	6,76	7,53
Preços Livres	5,78	6,01
Preços Administrados	9,62	11,18

Fonte: IBGE e Banco Central.

Elaboração: Ideies/Findes.

Nota: (¹) Os "preços administrados", segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

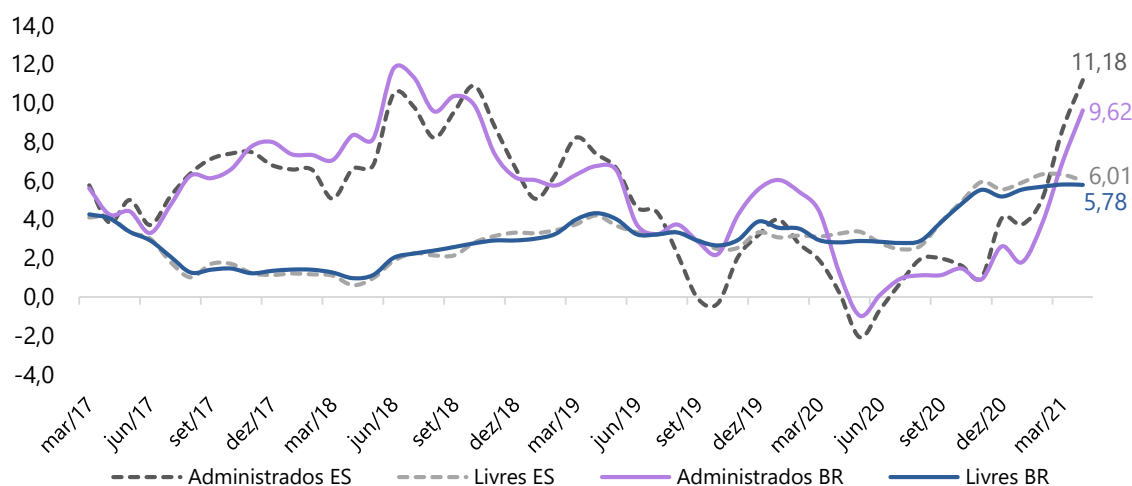
³⁴ A meta de inflação para 2021 é de 3,75% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Os itens que compõem o IPCA podem ser divididos entre preços livres e preços administrados (monitorados)³⁵. Percebe-se que a aceleração recente do IPCA do país é explicada, em parte, pelo comportamento dos preços administrados³⁶, que acumulam nos últimos 12 meses até abril, alta de 9,62% (gráfico 7). Entre os itens, destacam-se as elevações nos preços da energia elétrica residencial (5,32%), da gasolina (35,57%), do óleo diesel (24,55%) e do gás de botijão (21,11%) no mesmo período. Diante deste cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) estima uma inflação de preços administrados no Brasil de 8,4%

para 2021, de acordo com ata da 238ª reunião do Copom³⁷, patamar que não se atingia desde outubro de 2018 caso a projeção do Comitê se confirme.

Outro fato de destaque é a variação acumulada em 12 meses dos preços monitorados da RMGV que está maior do que a observada no Brasil, refletindo uma maior pressão desses itens na despesa de consumo das famílias capixabas. Com variação de 11,18% em 12 meses, os preços administrados na RMGV não atingia esse patamar de dois dígitos desde outubro de 2018 (10,89%).

Gráfico 7 - IPCA administrados e livres para Grande Vitória e Brasil - Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

A análise por grupos de produtos e serviços revela que alimentação e bebidas (12,31%) e artigos de residência (11,85%) registraram as maiores altas do IPCA no Brasil. O grupo transportes teve alta de 11,47% nos últimos 12 meses, pressionados pelos preços dos combustíveis. A gasolina acumulou um aumento de 35,57% e o óleo diesel 21,11% no país. Pelo lado das quedas, o grupo educação (-1,15%) ainda reflete os efeitos deflacionários da pandemia de Covid-19.

dos alimentos (12,08%) seguem pressionando o índice nos últimos 12 meses, seguido pelos grupos transportes (12,00%) e habitação (7,17%).

Após 10 meses consecutivos de alta nos preços dos combustíveis, o que contribuiu para a elevada inflação da gasolina e do óleo diesel nos últimos 12 meses, estes itens voltaram a cair em abril 2021³⁸. Essa queda foi provocada pelas duas reduções de preços da gasolina nas refinarias ocorridas no final do mês de março³⁹.

Na RMGV, os preços dos artigos de residência (13,15%) e

³⁵ Em abril de 2021, o peso dos preços monitorados no IPCA foi de 26,22 e, portanto, o peso dos preços livres foi de 73,78.

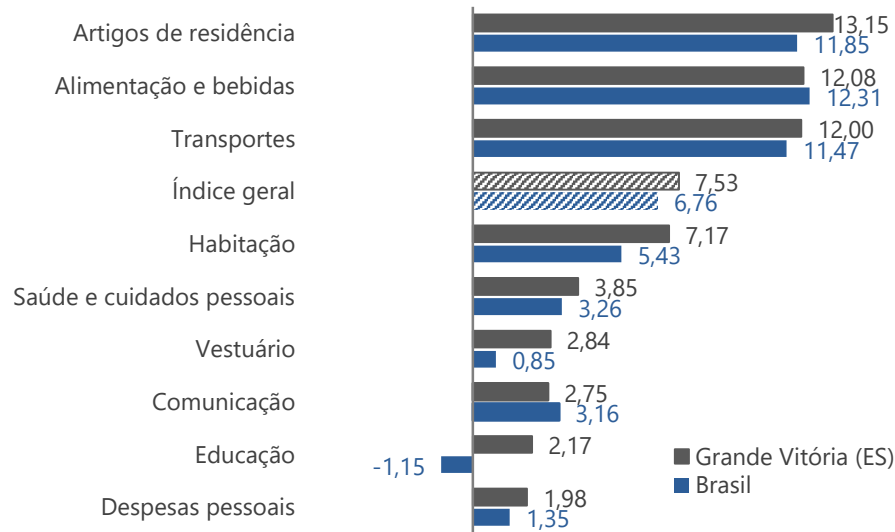
³⁶ O IPCA-Preços livres para o Brasil registrou 5,78% em 12 meses até abril.

³⁷ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Na ata da 237ª reunião, o Copom estimava uma alta de 9,5% para o IPCA dos preços monitorados.

³⁸ Cabe destacar que, além desta queda de preços dos combustíveis observada em abril de 2021, a variação acumulada em 12 meses ainda sofre influência da deflação ocorrida em maio de 2020. Caso os preços da gasolina e do óleo diesel se mantenham no mesmo patamar de abril, a variação acumulada nos últimos 12 meses do IPCA da gasolina de maio poderá atingir 41,76% e a do óleo diesel será de 33,13%.

³⁹ Veja mais em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30687-inflacao-fica-em-0-31-em-abril-puxada-por-reajuste-de-medicamentos>.

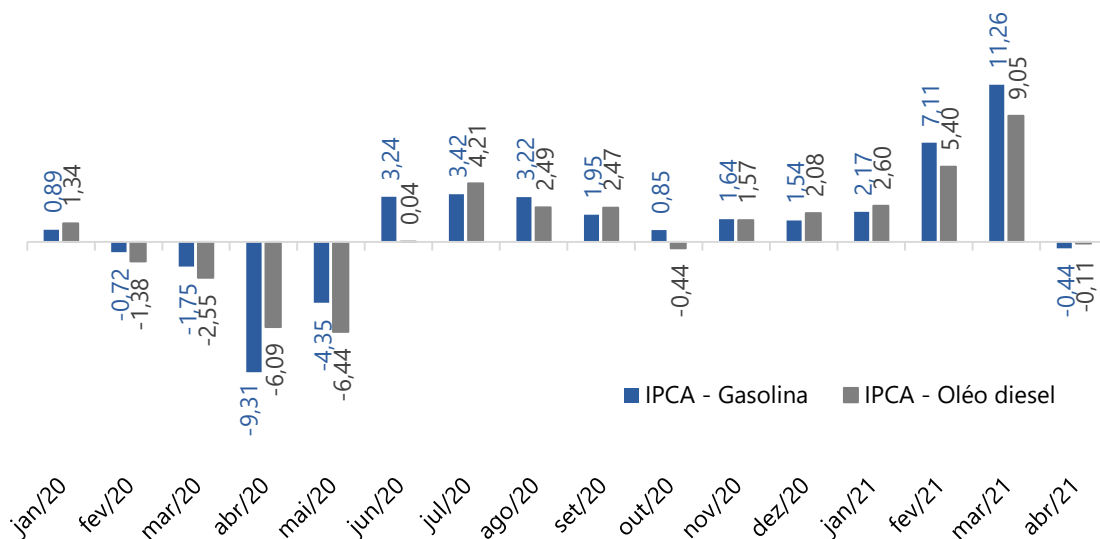
Gráfico 8 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

Gráfico 9 – Evolução dos preços da gasolina e do óleo diesel ao consumidor final no Brasil | Variação mensal (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

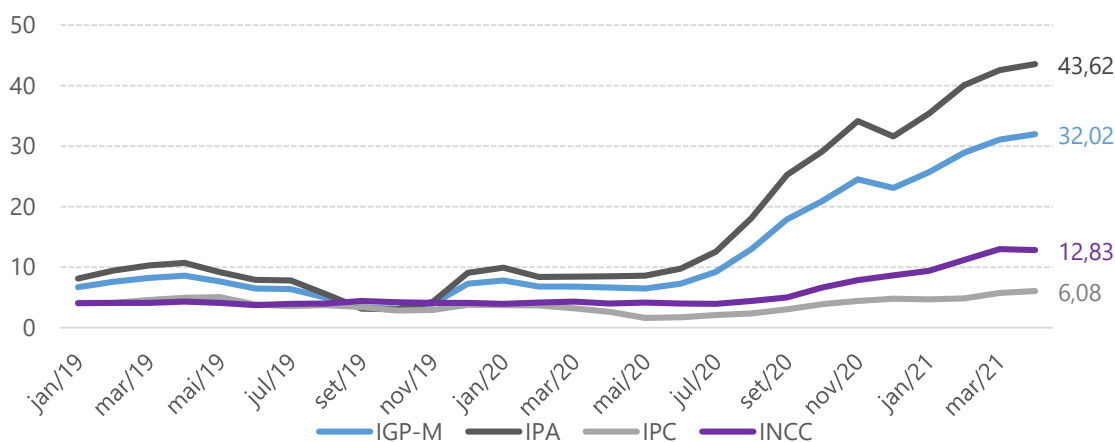
Além de analisar a inflação ao consumidor (IPCA) do país, o acompanhamento do Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) contribui para captar a variação de preços em relação a outros agentes/canais na economia.

O IGP-M registrou um aumento de 32,02% no acumulado em 12 meses, puxado pela aceleração dos preços no atacado (Índice de

Preços ao Produtor Amplo – IPA⁴⁰, que registrou alta de 43,62% no período. Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), têm apresentado uma menor aceleração inflacionária, se comparado ao IPA, nos últimos 12 meses.

⁴⁰ O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

Gráfico 10 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



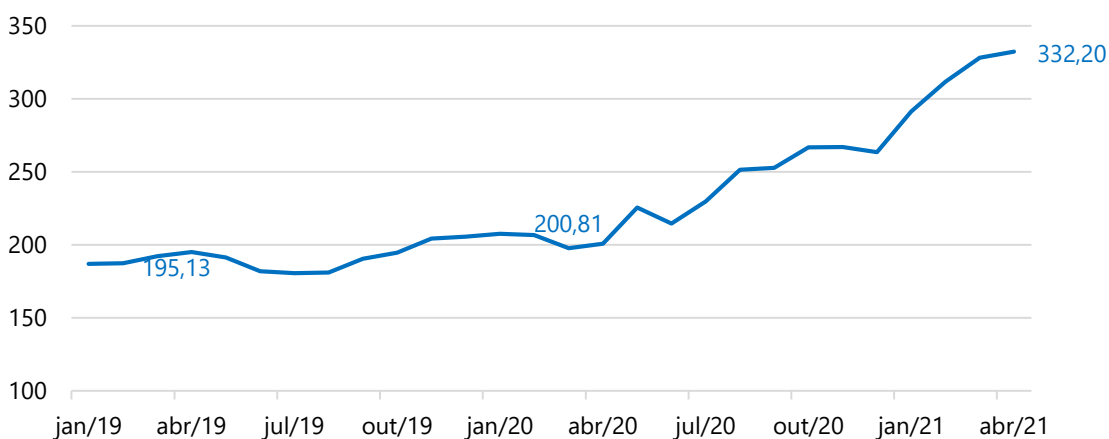
Fonte: FGV e LCA Consultores

Elaboração: Ideies/Findes.

A evolução do IGP-M e seus componentes pode ser analisado conjuntamente com o índice de *commodities* (IC-Br) divulgado pelo Banco Central, visto que o índice geral de preços é mais sensível que o índice de preço ao consumidor às oscilações dos preços de *commodities* e da taxa de câmbio.

O IC-Br exprime a média mensal ponderada dos preços em reais das commodities relevantes para a dinâmica da inflação brasileira⁴¹. Nos últimos 12 meses, o IC-Br apresentou uma alta de 65,43%, passando de uma média de R\$ 200,81 em abril de 2020 para uma média de R\$ 332,20 em abril de 2021.

Gráfico 11 – Evolução do Índice de Commodities (IC-Br) | Cotação média em R\$



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Após apresentar uma tendência de depreciação entre o final do ano passado e março de 2021⁴², a taxa de câmbio nominal voltou a ter uma tendência de apreciação, conforme pode ser visto no gráfico 12. Para o mês de

abril, a cotação média foi de R\$/US\$ 5,56 e, para o mesmo mês de 2020, a média da taxa de câmbio nominal foi de R\$/US\$ 5,32, representando uma depreciação nominal de 4,44%.

⁴¹ De acordo com o Banco Central, o IC-Br agrega de forma ponderada os indicadores relativos aos segmentos Agropecuária, Metal e Energia. O indicador Agropecuária engloba carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau. O segmento Metal contempla alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata. O segmento Energia inclui petróleo Brent, gás natural e carvão.

⁴² Cabe ressaltar que desde meados de junho de 2020 o câmbio tem girado em torno de R\$/US\$ 5,42.

Gráfico 12 – Evolução da taxa de câmbio nominal | (R\$/US\$)



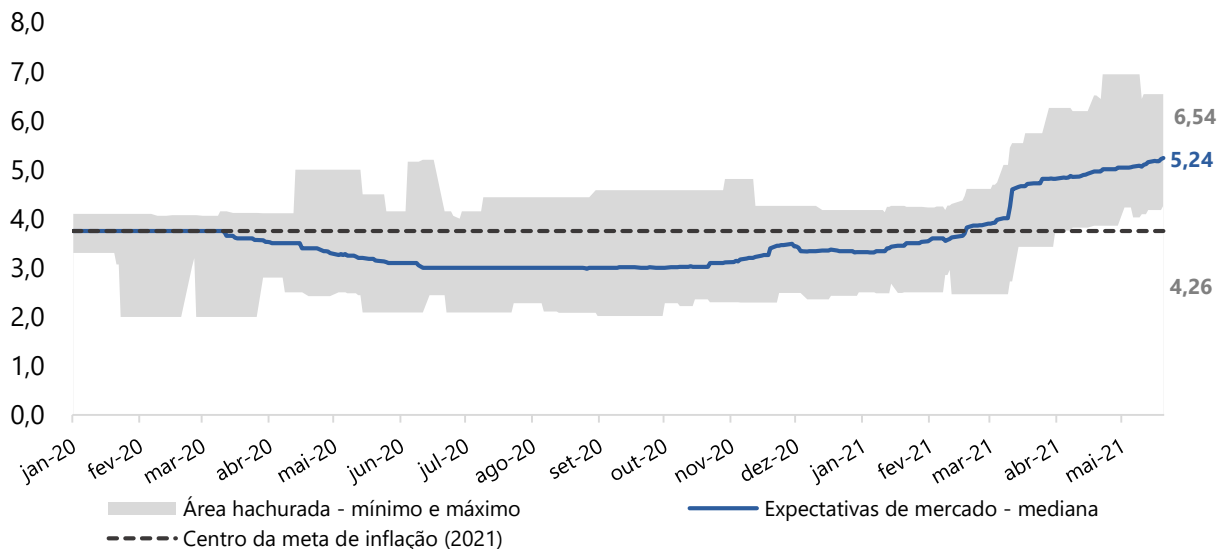
Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Diante desse cenário de aumentos dos preços dos combustíveis e alta nos preços das *commodities*, de acordo com o último Relatório Focus, do dia 21 de maio de 2021, o mercado espera que a inflação oficial do país feche o ano de 2021 em 5,24%, ficando acima do centro da meta de inflação (3,75%) e próximo ao limite superior

(5,25%). Desde março a mediana das expectativas de inflação tem apresentado elevação e, com isso, os especialistas do mercado têm ajustado as suas projeções para o fechamento da taxa Selic em 2021, que se encontram em 5,50% ao ano.

Gráfico 13 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA de 2021 – Variação (%) anual



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Nos dias 04 e 05 de maio, o Copom voltou a se reunir para decidir o novo patamar da taxa básica de juros. Com o aumento de 0,75 ponto percentual, o Comitê elevou a taxa Selic para

3,50% e se comprometeu em realizar outro ajuste de 0,75% em junho, caso não haja uma mudança nos condicionantes da trajetória da inflação⁴³.

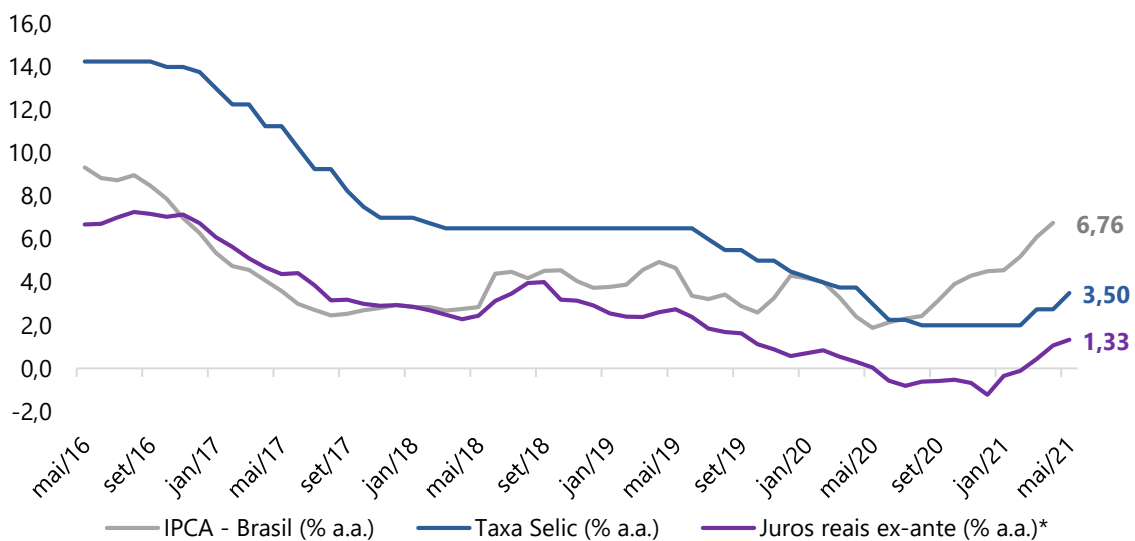
⁴³ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom> e <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17388/nota>.

O Copom informou que continuará o processo de normalização parcial do estímulo monetário, compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante que inclui o ano de 2022. Ademais, o Comitê destacou que o ajuste da taxa de juros é compatível com “objetivo fundamental de estabilização de preços” e com a “suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”, evidenciando a atualização dos objetivos da condução da política monetária após a aprovação do projeto de independência do Banco Central. Além do mais, o Copom chamou a atenção para o risco fiscal elevado diante das frustrações em relação à continuidade das reformas. Em seu cenário básico, o Comitê analisou que os preços internacionais das commodities continuaram em elevação, com exceção do petróleo, o que impactou

as projeções de preços dos alimentos e dos bens industriais e que a mudança da bandeira tarifária de energia elétrica para patamares mais elevados deve manter a inflação pressionada no curto prazo.

No que se refere à taxa de juros reais da economia, em abril de 2021 os juros reais ficaram em 1,06% e, para os dados disponíveis até o dia 19 de maio, a média dos juros reais aumentou para 1,33%. Com a expectativa de uma taxa de inflação no curto prazo em níveis mais elevados e a taxa Selic aumentando, os juros reais ex-ante da economia brasileira voltaram a registrar taxas positivas a partir de março de 2021, as quais estavam em território negativo desde junho de 2020.

Gráfico 14 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação ao comportamento da curva de juros de longo prazo no Brasil, as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029 têm apresentado tendência de alta desde o início do ano, refletindo a expectativa do mercado em relação aos próximos

movimentos do Copom e da taxa Selic, além de exprimir um maior prêmio de risco. Até o dia 18 de maio de 2021, a taxa DI 2025 estava em 8,58% a.a. Em dezembro de 2020, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 foi de 5,98% ao ano em média.

Gráfico 15 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)



Fonte: B3 e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação à análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito atingiu R\$ 4,1 trilhões em março de 2021, alta de 1,5% em relação a fevereiro de 2021 e de 14,5% quando comparado ao estoque de crédito de março de 2020.

De acordo com a Febraban⁴⁴, a expansão do crédito, na casa de dois dígitos, ainda deverá permanecer em patamar elevado. Mesmo com o recuo da atividade econômica e um cenário de piora da pandemia e da retomada das medidas restritivas na maioria dos estados, o resultado de março pode ser considerado uma surpresa positiva. Cabe ressaltar, que as medidas creditícias de enfrentamento aos impactos da Covid-19 na economia contribuem para uma maior expansão do volume de crédito após um ano de início da pandemia no país.

A carteira de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 2,3 trilhões, crescimento de 1,0% na variação mensal, mantendo o ritmo de expansão pelo décimo mês consecutivo. Na comparação com março de 2020, o crédito para as famílias cresceu 12,1%.

O crédito para as empresas, por sua vez, atingiu R\$ 1,8 trilhão, aumento de 2,0% na análise mensal. Para as grandes empresas o montante de crédito cresceu 2,3% na passagem de fevereiro para março. Para as Micros, Pequenas e Médias empresas (MPMe), o volume de crédito teve alta de 1,6%. Na variação interanual, o crédito total às empresas manteve o ritmo de expansão de dois dígitos iniciado em maio de

2020, com alta de 17,7% em março de 2021, com destaque para o crescimento observado do crédito para as MPMe (35,5%).

Quando analisado por tipo de recursos, o mercado de crédito com recursos livres no mês de março de 2021 se elevou em 1,9% na comparação com o mês imediatamente anterior, impactado pelo aumento das operações de crédito às empresas (3,0%), refletindo uma influência sazonal de linhas relacionadas ao fluxo de caixa, como as modalidades de desconto de duplicatas, recebíveis, antecipação de faturas de cartão e capital de giro. A carteira de crédito direcionado, por sua vez, aumentou 0,9% na análise mensal.

No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em março totalizou R\$ 63,1 bilhões, crescimento mensal de 4,6%. Esta é a nona alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às empresas (9,0%), que alcançou R\$ 28,3 bilhões. O crédito às famílias ficou em R\$ 34,8 bilhões em março, registrando um aumento de 1,3% na comparação com fevereiro. Na análise interanual, o mercado de crédito capixaba continuou em expansão⁴⁵, com uma variação de 14,9% em relação ao mesmo mês de 2020.

⁴⁴ Veja mais em <https://portal.febraban.org.br/noticia/3623/pt-br/>.

⁴⁵ Em 2021, o mercado de crédito no Espírito Santo continuará a ser um fator importante para impulsionar a retomada econômica no estado, e as medidas de facilitação de acesso ao crédito serão relevantes para reduzir os impactos da pandemia sobre o setor produtivo capixaba.

Tabela 10 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Março de 2020			Fevereiro de 2021			Março de 2021		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	2,8	9,5	3.585,0	0,7	16,1	4.045,8	1,5	14,5	4.104,7
Pessoa Jurídica	6,4	6,9	1.535,7	0,6	22,8	1.772,4	2,0	17,7	1.808,2
Micro, Pequena e Média (MPMe)	1,8	7,1	551,4	0,9	35,8	735,4	1,6	35,5	747,3
Empresas de grande porte	9,1	6,8	984,3	0,3	15,0	1.037,0	2,3	7,8	1.060,9
Pessoa Física	0,3	11,6	2.049,3	0,8	11,3	2.273,4	1,0	12,1	2.296,5
Recursos Livres	4,4	18,3	2.109,5	0,9	15,8	2.335,9	1,9	12,8	2.379,9
Pessoa Jurídica	9,9	21,7	979,2	1,1	22,5	1.091,1	3,0	14,8	1.124,0
Pessoa Física	0,1	15,5	1.130,3	0,6	10,2	1.244,9	0,9	11,1	1.255,9
Recursos Direcionados	0,7	-0,9	1.475,6	0,4	16,7	1.709,9	0,9	16,9	1.724,8
Pessoa Jurídica	0,8	-11,9	556,5	-0,3	23,4	681,4	0,4	22,9	684,2
Pessoa Física	0,6	7,2	919,0	1,0	12,6	1.028,5	1,2	13,2	1.040,6
Espírito Santo									
Credito Total	4,5	8,9	54,9	0,9	14,7	60,3	4,6	14,9	63,1
Pessoa Jurídica	10,8	12,0	23,3	1,2	23,3	25,9	9,0	21,2	28,3
Pessoa Física	-0,2	6,6	31,6	0,6	9,1	34,4	1,3	10,2	34,8

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Banco Central

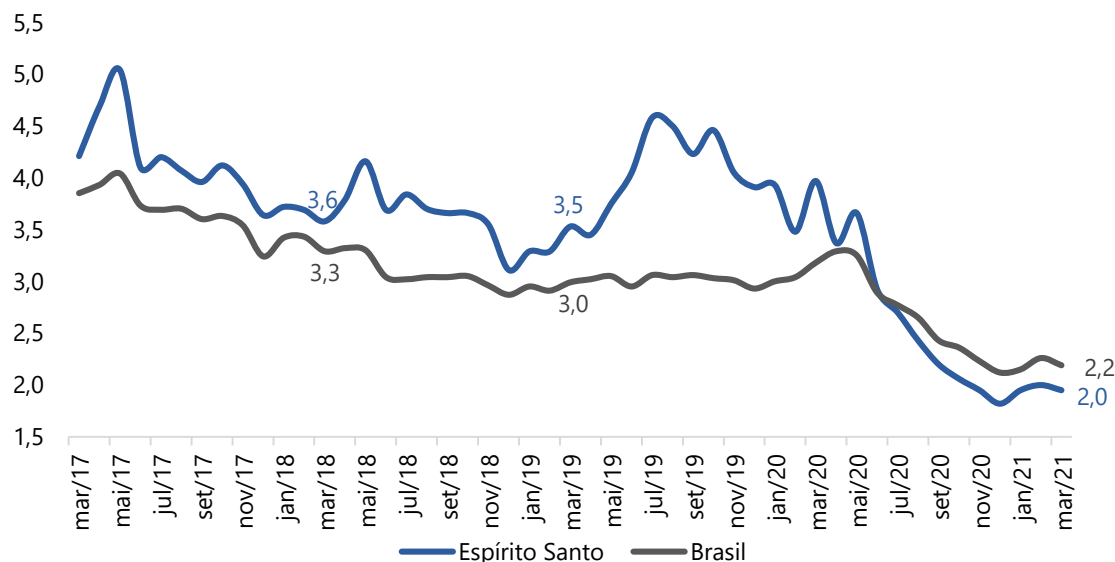
Elaboração: Ideies / Findes

Em março de 2021, a taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil alcançou 2,2%. Em dezembro de 2020, os atrasos superiores a 90 dias registraram o menor valor da série histórica (2,1%), iniciada em março de 2011, em razão da postergação de pagamentos e renegociações de parcelas de empréstimos em diversas modalidades de crédito realizadas durante a pandemia. O resultado de março de 2021 teve uma queda de -0,1 p.p. em relação ao mês anterior, explicado pela redução da taxa de

inadimplência das operações de crédito às empresas (-0,2 p.p.).

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência ficou praticamente estável na passagem de fevereiro (2,00%) para março (1,95%) de 2021. O recuo de -0,05 p.p. foi influenciado pela taxa de inadimplência dos empréstimos às famílias (2,64%), que registrou uma queda de -0,06 p.p.

Gráfico 16 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



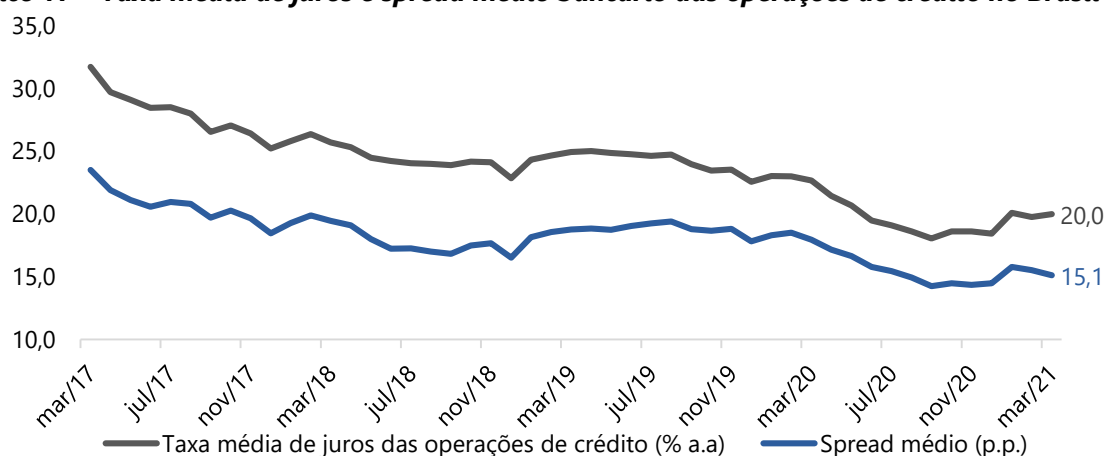
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

No que refere aos custos do crédito, a taxa média de juros do país aumentou 0,2 p.p. em março de 2021, ao passar de 19,8% a.a. para 20,0% a.a. A elevação da taxa média de juros nacional foi puxada pelas taxas de juros cobradas nas operações de crédito às famílias, que passou de 24,6% para 25,1%. A taxa de juros das operações de crédito às empresas recuou -0,1 p.p. e ficou em 12,1% em março de 2021.

Já o spread bancário médio total, que mede a diferença

entre a taxa média de juros das novas operações de crédito contratadas e o custo de captação referencial médio, situou-se em 15,1 p.p. em março de 2021, redução de -0,4 p.p. na comparação com fevereiro de 2021. As informações de março mostram que o spread bancário médio total registrou a segunda queda consecutiva mensal e foi influenciada, principalmente, pelo recuo do spread médio das operações de crédito às empresas (-0,9 p.p.), alcançando 6,7 pontos percentuais. O spread médio das operações de crédito às famílias ficou em 20,5 p.p., redução de -0,1 p.p.

Gráfico 17 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Com relação às taxas médias de juros cobradas pelos principais bancos do país, na comparação dos dados da primeira semana de maio em relação à primeira semana de abril de 2021, observa-se elevação na média total das taxas de juros ao mês na modalidade de capital de giro de curto prazo (inferior a 365 dias). A média total das taxas de juros nas modalidades de capital de giro de mais longo prazo (acima de 365 dias) e conta garantida caíram

em maio, quando comparado com o mês de abril. As demais modalidades registraram aumento na média total das taxas de juros ao ano. No Espírito Santo, as taxas médias de juros (ao ano) cobradas pelo Banestes aumentaram para as modalidades de capital de giro superior a 365 dias, conta garantida e desconto de duplicatas, na mesma base comparativa.

Tabela 11 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 03/05/2021 a 07/05/2021

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,1	13,5	1,2	15,8	2,4	32,3	1,4	17,8	0,2	2,8
Caixa Econômica	2,0	27,0	1,2	15,1	-	-	1,8	23,6	0,4	5,2
Santander	2,7	37,1	2,2	29,7	2,3	30,6	0,7	8,5	0,2	1,8
Itaú-Unibanco	1,3	16,2	1,3	16,6	2,9	41,2	1,1	14,2	0,2	2,1
Bradesco	1,5	18,9	1,4	18,3	2,8	39,3	1,0	12,2	0,3	3,1
Banestes	-	-	2,8	38,6	2,4	32,1	2,2	29,8	-	-
Média Total	1,69	22,5	1,5	19,1	2,6	35,8	1,2	15,3	0,2	3,0
Variação Banestes*	-	-	0,0	0,4	0,0	0,4	0,2	2,2	-	-
Variação média total*	0,1	1,6	-0,1	-1,9	0,0	-0,1	0,0	0,8	0,0	0,2

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/04/2021 a 08/04/2021

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

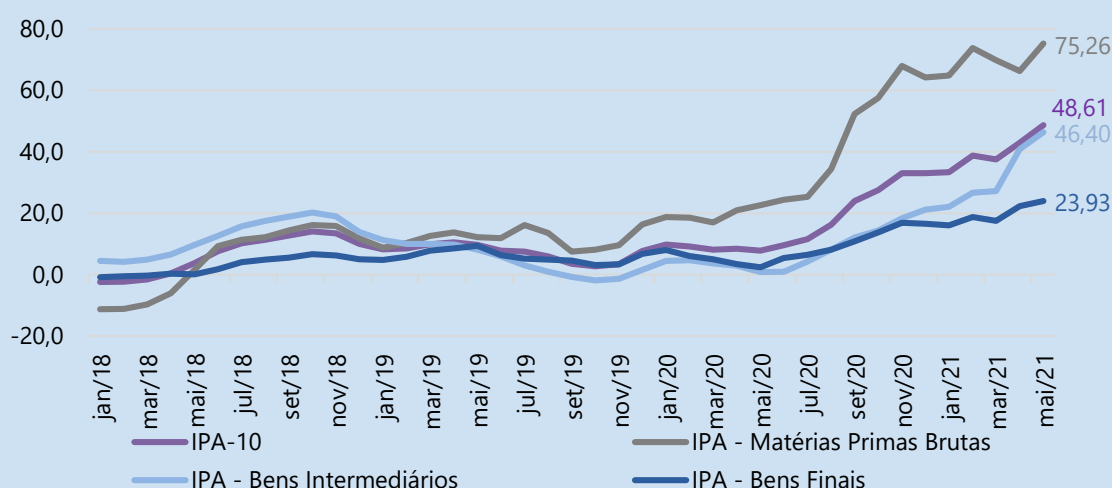
Box 1 - Alta nos preços no setor de construção

O setor de construção civil no Brasil tem apresentado uma taxa de inflação cada vez mais alta nos últimos meses. De acordo com André Braz, em entrevista ao Jornal Valor Econômico, a aceleração da inflação da construção civil é explicada pela (i) elevação dos preços das commodities minerais e metálicas usadas nas matérias primas dos produtos do setor; (ii) uma taxa de câmbio mais elevada; (iii) aumento de demanda por projetos residenciais; (iv) elevação em preço de fretes; e (v) dificuldades em importações de itens usados na construção para atender o mercado interno.

A evolução do Índice de Preços ao Produtor Amplo-10

(IPA-10), com abertura de estágios em matérias-primas brutas, bens intermediários e bens finais, exemplifica e auxilia a entender os motivos apresentados (gráfico 18). IPA-10 Matérias primas brutas acumula uma variação de 75,26% nos últimos 12 meses até maio. O levantamento da FGV⁴⁶ aponta que, para os produtos da construção dentro do IPA-10, ou seja, itens vendidos pela indústria para o setor de construção, material e equipamentos vendidos para o setor acumularam alta de 38,66% em 12 meses até maio. As principais elevações foram observadas nos itens como tubos de aço com costura (92,9%), vergalhões de aço ao carbono (83,6%) e tubos, canos e mangueiras de plástico (75,1%).

Gráfico 18 – IPA-10 e abertura por estágios – Variação (%) acumulada em 12 meses



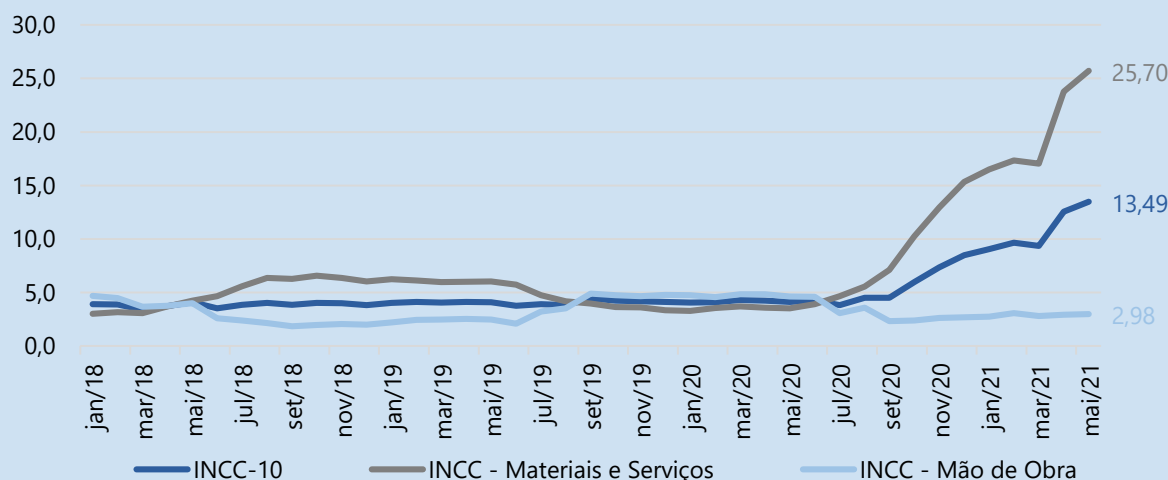
Fonte: FGV e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies / Findes.

A evolução de preços de produtos da construção pode ser acompanhada pelo Índice Nacional de Construção Civil (INCC) da FGV. O INCC-10 registrou uma alta de 13,49% em 12 meses até maio. A elevação dos preços em itens na construção ficou mais intensa a partir do segundo semestre do ano passado, puxada pelo aumento dos preços dos materiais e serviços.

Até maio, o INCC-10 Materiais e serviços aumentou 25,70% em 12 meses. Já o outro componente do INCC, a mão de obra, não tem se elevado tanto quanto o de materiais e serviços. Os preços da mão de obra subiram 2,98% nesta mesma base de comparação.

⁴⁶ Veja mais em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/21/inflacao-da-construcao-civil-e-a-maior-em-28-anos.ghtml>

Gráfico 19 – INCC-10 e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: FGV e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies / Findes.

De acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do IBGE referente ao mês de abril de 2021, o custo médio por metro quadrado da construção civil no Brasil foi de R\$ 1.363,41, alta de 1,87% em relação ao mês anterior e 16,31% nos últimos 12 meses.

No Espírito Santo, o custo médio por metro quadrado aumentou 0,90% na passagem de março para abril, ficando em R\$ 1.237,67. No acumulado em 12 meses, a variação do SINAPI-ES foi de 17,07%.

Tabela 12 – Custos e Variações dos componentes da Construção Civil – abril de 2021

Componentes	Custo em R\$	Part. (%)	Variações (%)			
			Mensal	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses	
SINAPI-BR	Materiais	789,10	57,88	3,14	11,08	28,41
	Mao de obra	574,31	42,12	0,18	1,46	2,99
	Total	1.363,41	100,00	1,87	6,81	16,31
SINAPI-ES	Materiais	716,03	57,85	1,56	9,43	30,00
	Mao de obra	521,64	42,15	0,00	0,40	2,96
	Total	1.237,67	100,00	0,90	5,44	17,07

Fonte: IBGE.
Elaboração: Ideies / Findes.

Diante deste cenário, a Sondagem da Construção de abril divulgada pela CNI apontou que os empresários do setor da construção, tanto do Espírito Santo quanto do Brasil, tiveram como principal problema enfrentado no 1º trimestre de 2021 a falta ou o alto custo da matéria prima. Mais da metade dos industriais pesquisados (55,0%) relataram ter tido dificuldade com acesso a insumos ou

com o preço deles⁴⁷. No Brasil, esse percentual foi de 57,1%.

Portanto, essa alta de preços no setor da construção pode trazer desarranjos organizacionais e impactar contratos em andamentos, o que pode ainda prejudicar a retomada das atividades do setor e a sua contribuição para a economia como um todo⁴⁸.

⁴⁷ Veja mais em <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/utilizacao-da-capacidade-de-operacao-do-setor-da-construcao-recua-5-0-pontos-percentuais-e-atinge-56-em-marco-de-2021>

⁴⁸ Veja mais em <https://cbc.org.br/vergalhao-de-aco-continua-no-ranking-da-alta-dos-insumos/>.

5. Finanças Públicas Estaduais

Encerrado o primeiro quadrimestre de 2021, é possível verificar o impacto das medidas de distanciamento social adotadas, a partir de março⁴⁹, pelo governo estadual sobre as finanças estaduais. Os dados acumulados de janeiro a abril de 2021 evidenciaram uma queda tanto na arrecadação quanto nas despesas estaduais, quando comparadas com o mesmo período de 2020.

No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, as receitas do governo estadual totalizaram R\$ 5,7 bilhões. Esse valor representa uma redução real de -7,4% da arrecadação estadual, em relação ao mesmo período de 2020. Sob a mesma base de análise, as despesas liquidadas somaram R\$ 4,2 bilhões, equivalentes a uma queda real de -13,8%⁵⁰.

Tabela 13 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2020 e 2021 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan-Abr 2020 (a)	Jan-Abr 2021 (b)	Varição (R\$) 2021-2020 (b) - (a)	Varição (%) 2021/2020 (b) / (a)	Previsão 2021 (c)	Realizado 2021 (%) (b) / (c)
Receita Total	6.184	5.729	-455	-7,4	18.902	30,3
Receita Tributária	4.761	5.247	486	10,2	13.665	38,4
ICMS Total	4.048	4.620	572	14,1	11.514	40,1
ICMS - Comércio	850	1.033	184	21,6	2.677	38,6
ICMS - Indústria	579	813	235	40,6	1.729	47,0
Outras Receitas Tributárias	712	627	-86	-12,0	2.151	29,1
Transferências Correntes	1.965	2.161	196	10,0	5.336	40,5
FPE	582	662	80	13,7	1.594	41,5
IPI	66	102	37	55,8	187	54,8
Royalties e Part. Especiais	506	427	-79	-15,6	1.426	30,0
Demais Transf. Correntes	811	969	158	19,5	2.129	45,5
Demais Receitas	1.476	506	-970	-65,7	5.421	9,3
(-) Deduções da Receita	-2.017	-2.184	-167	8,3	-5.520	39,6
Despesa Total	4.892	4.215	-677	-13,8	18.134	23,2
Pessoal e Encargos Sociais	3.022	2.237	-784	-26,0	9.998	22,4
Investimentos	183	150	-33	-18,0	1.997	7,5
Demais Despesas	1.687	1.828	141	8,3	6.139	29,8

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de abril/2021

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Pelo lado das receitas, mesmo registrando aumento nas arrecadações tributárias (10,2%) e nas transferências correntes (10,0%), a variação de -7,4% está associada às reduções das receitas de operações de crédito (-90,8%) e das receitas intraorçamentárias⁵¹ (-91,2%). Além dessas quedas, as receitas estaduais também foram afetadas

pelo aumento das deduções, que cresceram 8,3%, de janeiro a abril deste ano, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Destaque para as deduções com o Fundeb e as transferências aos municípios, com elevações de 12,5% e 7,9%, respectivamente.

⁴⁹ Decreto nº 4838-R, de 17 de março de 2021, suspendendo o funcionamento de serviços e atividades não consideradas essenciais, por 14 dias.

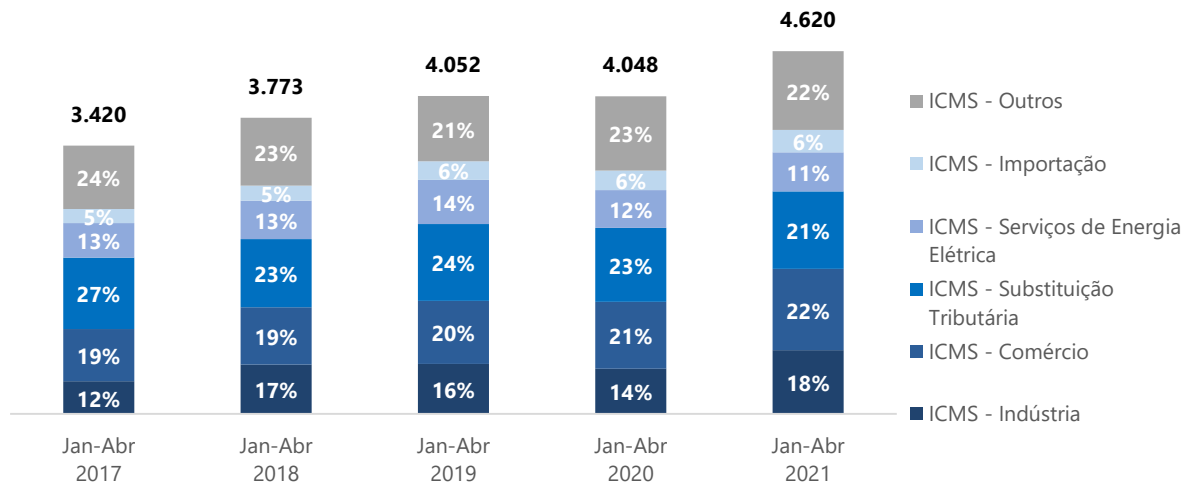
⁵⁰ A diferença entre as receitas totais (R\$ 5,7 bi) e as despesas totais (R\$ 4,2 bi) do Governo do Estado de janeiro a abril de 2021, que corresponde a R\$ 1,5 bilhões, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo. Refere-se, portanto, apenas a um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta as despesas referentes às funções do Poder Judiciário (R\$ 310 milhões) e do Poder Legislativo (R\$ 43 milhões), que não são englobadas nas análises deste Boletim.

⁵¹ As receitas intraorçamentárias são aquelas receitas decorrentes da execução das despesas intraorçamentárias e ocorrem entre órgãos ou entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social. Dentre desta categoria, as receitas de contribuição totalizaram R\$ 76,1 milhões no primeiro quadrimestre de 2021. No mesmo período de 2020, essa rubrica foi de R\$ 856,1 milhões.

Em termos reais, o ICMS, principal componente da receita tributária, aumentou 14,1%, totalizando R\$ 571,7 milhões arrecadados entre janeiro e abril deste ano. O ICMS-Indústria gerou uma receita de R\$ 234,8

milhões para os cofres públicos, com crescimento de 40,6% se comparado ao ano passado. O ICMS-Comércio somou R\$ 183,7 milhões, alta de 21,6%.

Gráfico 20 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo

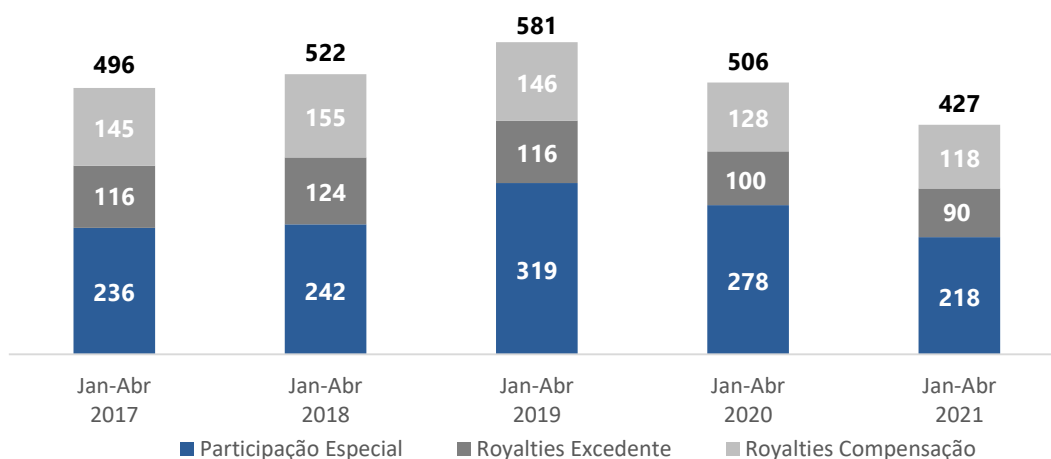


Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.
Fonte: Portal da Transparência ES.
Elaboração: Ideies / Findes.

Outra importante fonte de arrecadação estadual, as receitas provenientes das transferências correntes aumentaram 10,0%, no período de janeiro a abril deste ano, quando comparado com mesmo período do ano passado. Dentro dessa rubrica, os principais crescimentos foram devidos às transferências da União, via Fundo de

Participações dos Estados (FPE) (+13,7%), e os repasses do IPI (+55,8%). Esses valores compensaram as perdas provenientes da menor atividade de exploração do petróleo no estado, com queda dos recursos de royalties e participações especiais (-15,6%).

Gráfico 21 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



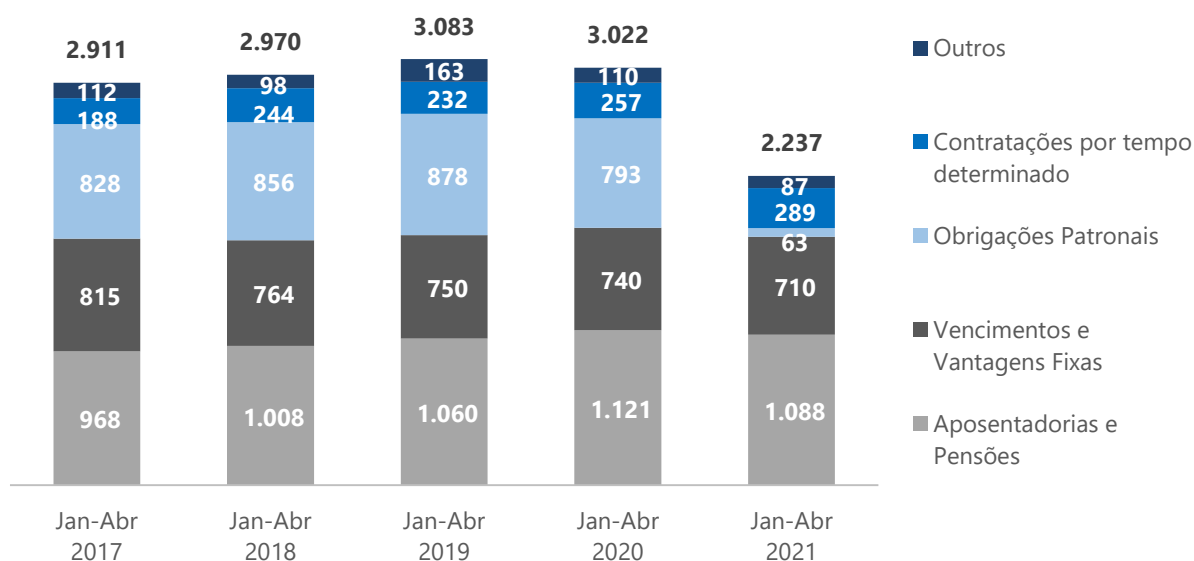
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.
Fonte: Portal da Transparência ES.
Elaboração: Ideies / Findes.

Pelo lado das despesas, do primeiro quadrimestre de 2021, houve redução de -13,8% em relação ao mesmo período de 2020. A principal explicação está relacionada com os gastos com pessoal, que reduziram -26,0%, puxados pela queda com as obrigações patronais⁵², de 92,1% no período.

O Governo do Estado emitiu um Decreto em fevereiro⁵³ que estabeleceu medidas de contin-

genciamento dos gastos do Poder Executivo. Na prática, a redução de despesa com pessoal e o decreto, juntos, afetaram os gastos com a administração pública, que reduziram -72,5%, no acumulado de janeiro a abril de 2021, relativamente ao mesmo período do ano passado.

Gráfico 22 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de abril/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Ao analisar as áreas em que os gastos públicos são aplicados (despesas por função), as despesas com Previdência Social foram as que apresentaram o maior dispêndio no acumulado de janeiro a abril de 2021. O total gasto somou R\$ 1,09 bilhão, valor 10,9% superior ao mesmo período do ano anterior. Com saúde, os gastos totalizaram R\$ 1,05 bilhão, um crescimento de 4,1%, na

Outros importantes dispêndios, no primeiro quadrimestre deste ano, foram os realizados com Encargos Especiais (R\$ 468,2 milhões), Segurança Pública (R\$ 452,2 milhões) e Educação (R\$ 445,1 milhões). As maiores quedas acumuladas ficaram com os gastos de Administração, Educação e Agricultura, que recuaram -72,5%, -37,9% e -32,8%, respectivamente.

⁵² Por meio da Lei Complementar nº 945/2020, a partir do mês de março de 2020, o Governo do Estado do Espírito Santo alterou a alíquota da contribuição patronal de 22% para 14%, recolhida para os fundos próprios de previdência, como forma de alívio de caixa durante a pandemia. Veja mais em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9452020.html>.

⁵³ Decreto nº 4818-R, 10 de fevereiro de 2021. Suspendeu os gastos com contratação de consultorias, participação de servidores em congressos fora do estado, realização de eventos com coffee break e locação de serviços de festas, aquisição de veículos e locações de imóveis. Ainda contingenciou as despesas com impressão, concessão de diárias e passagens aéreas, telefonia, energia elétrica e combustível, ao patamar empenhado em 2019.

Tabela 14 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Abr 2020 (em R\$ milhões)	Jan - Abr 2021 (em R\$ milhões)	Participação em 2021 (%)	Variação (%) 2021/2020
Previdência Social	984,4	1.091,4	25,9%	10,9%
Saúde	1.013,1	1.054,5	25,0%	4,1%
Encargos Especiais	502,4	468,2	11,1%	-6,8%
Segurança Pública	662,2	452,2	10,7%	-31,7%
Educação	716,5	445,1	10,6%	-37,9%
Transporte	174,7	184,9	4,4%	5,8%
Direitos da Cidadania	195,2	178,6	4,2%	-8,5%
Administração	372,5	102,6	2,4%	-72,5%
Agricultura	64,7	43,5	1,0%	-32,8%
Assistência Social	57,1	67,4	1,6%	18,1%
Outros*	149,0	126,9	3,0%	-14,8%
Total	4.891,9	4.215,2	100,0%	-13,8%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de abril/2021

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Relativamente às despesas para o enfrentamento a Covid-19, o Governo do Estado despendeu R\$ 276,3 milhões no acumulado de janeiro a abril de 2021. Esse valor representa 9,2% do total de despesas liquidadas no

período. Desse total, R\$ 218,7 foram destinados para a área da saúde e R\$ 40,9 milhões para as despesas com transporte, como pode ser verificado na Tabela 15 abaixo.

Tabela 15 – Despesas com enfrentamento à Covid-19 por função (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo, janeiro a abril de 2021

Descrição	Despesas liquidadas	Despesas liquidadas - Covid-19	Participação - %
Total	3.009,0	276,3	9,2
Saúde	716,1	218,7	30,5
Transporte	126,8	40,9	32,2
Educação	336,8	14,6	4,3
Comunicações	4,5	2,0	45,1
Comércio e Serviços	4,6	0,0	0,0

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de abril/2021

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: A coluna "Participação - %" é o percentual que o gasto no enfrentamento a Covid-19 representa no total de gasto liquidado na função.

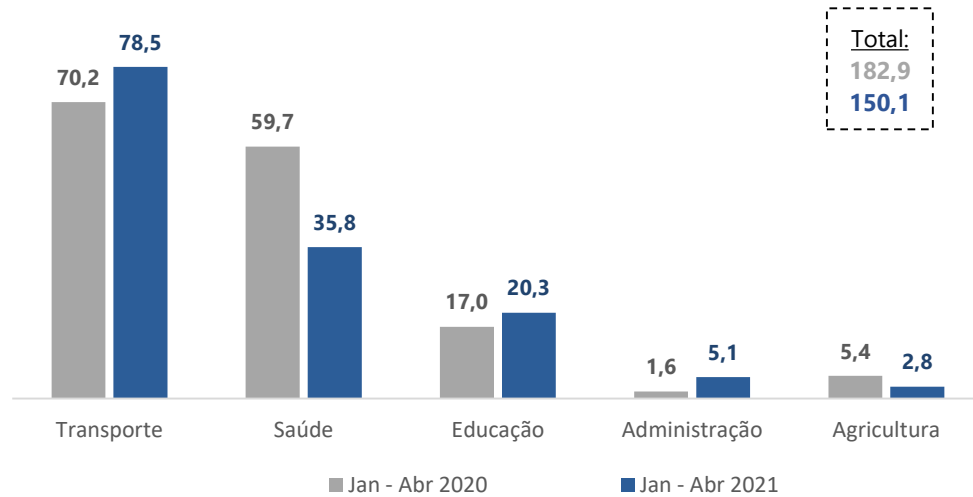
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

A respeito dos investimentos do Governo Estadual, verifica-se um montante de R\$ 150,1 milhões no primeiro quadrimestre do ano. Esse valor, por sua vez, representa uma redução -18,0% em relação ao mesmo período de 2020, quando o governo investiu R\$ 182,9 milhões.

Analisando os investimentos por função, destaca-se a Educação, em que a aplicação de recursos acumulou um crescimento de 19,5% no quadrimestre, quando comparado com 2020, e alcançou R\$ 20,3 milhões.

Gráfico 23 - Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo



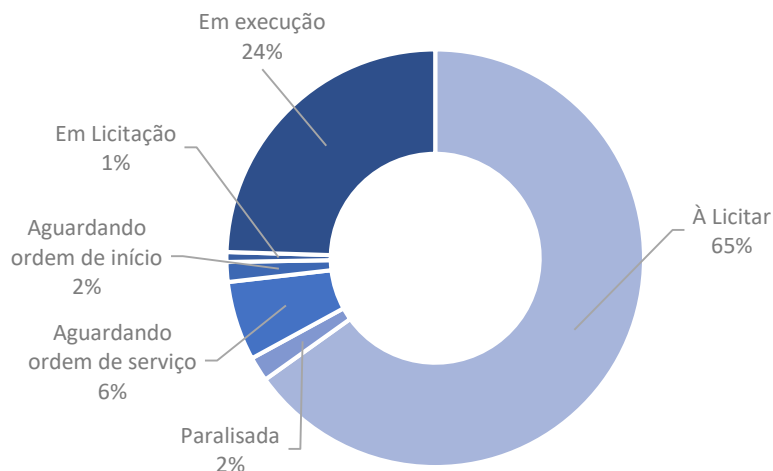
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de abril/2021
 Nota 2: Despesas liquidadas
 Fonte: Portal da Transparência ES
 Elaboração: Ideies / Findes

De acordo com os dados da Bússola do Investimento do Ideies, o Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES) projeta realizar investimentos em obras, projetos de infraestrutura e logística no montante de R\$ 2,6 bilhões entre 2020 e 2025⁵⁴. Para 2021, o total de investimentos do

DER-ES, previstos na Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 536,2 milhões.

Entre as obras a serem executadas até 2025, 24% se encontram em fase de execução, 65% já foram definidas, mas não licitadas, e apenas 2% se encontram paradas, conforme pode ser depreendido do gráfico 24.

Gráfico 24 – Status das obras do DER-ES



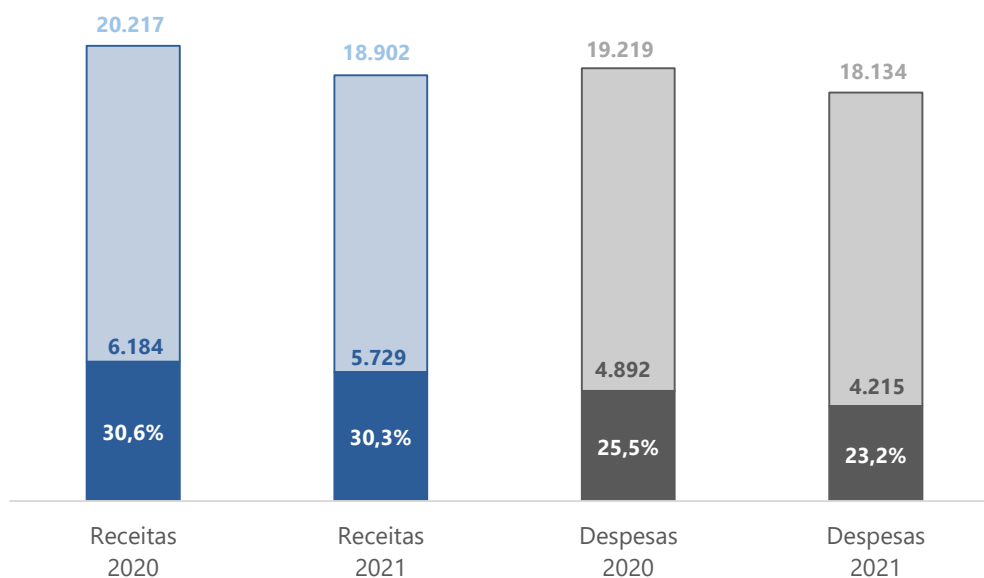
Fonte: Bússola do Investimento/Ideies
 Elaboração: Ideies/Findes

⁵⁴ As principais obras, em valores investidos, são: **ES 320/ES 381** – Barra de São Francisco (R\$ 131,1 milhões); **ES 230/Vila Valério** – Fátima (R\$ 96,6 milhões); **Contorno de São Mateus** (R\$ 87,9 milhões); **ES 080/Tucum** - Cariacica Sede (R\$ 82,5 milhões); **ES 010/ Vila do Riacho** – Regência (R\$ 80,1 milhões). Todas com previsão de término em 2025.

No acumulado de janeiro a abril de 2021, os investimentos liquidados do DER-ES somaram R\$ 53,9 milhões, o que correspondeu a 10,05% do total orçado para ano. Esse valor, no entanto, representa uma queda de -28,2% quando comparado com o mesmo período de 2020 (R\$ 75,1 milhões). A principal queda foi relativa às obras rodoviárias e viárias, que reduziram -36,8% quando comparadas com o ano anterior.

Diante desse cenário, o recolhimento de receitas no primeiro quadrimestre do ano foi 30,3% do total previsto para 2021, valor semelhante ao observado em 2020. Para as despesas, foram executadas 23,2% do total orçado, montante menor ao executado em igual período no ano passado, indicando um resultado positivo no contingenciamento de despesas administrativas e patronais.

Gráfico 25 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em % e em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo, janeiro a abril - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de abril/2021

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

6. Comentários Finais

Os indicadores econômicos divulgados em abril registraram crescimento na atividade econômica tanto para o Brasil (2,27%) quanto para o Espírito Santo (2,77%) no primeiro trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre do ano passado. Contudo, na passagem de fevereiro para março, a economia exibiu sinais de retração devido à adoção das medidas restritivas

necessárias no combate ao espalhamento da Covid-19. No Espírito Santo (-0,32%), que apresentou uma contração na economia menor que a nacional (-1,59%), os setores que demonstraram desempenho negativo no mês foram o de serviços (-2,9%) e o comércio varejista restrito (-1,2%), ao passo que comércio ampliado (0,8%) e indústria (1,5%) avançaram na variação marginal.

A arrecadação federal no acumulado de janeiro a abril apresentou o melhor desempenho para o período na série histórica iniciada em 1995. O montante arrecadado de quase R\$609 bilhões, que representa um acréscimo real de 13,6% em relação ao ano passado, foi influenciado, entre outros fatores, pelo Imposto sobre a Importação (35,9%) e pelo o IPI Vinculado à Importação (50,0%) decorrentes dos aumentos de alíquotas e da taxa de câmbio.

Os preços da economia, mensurados pelo IPCA, acumularam alta de 6,76% no Brasil e de 7,53% na Grande Vitória em 12 meses até abril. Mesmo com a queda do preço da gasolina (-0,44%) e do óleo diesel (-0,11%) na passagem de março para abril, devido aos reajustes de preço nas refinarias, o grupo de transportes continuaram pressionado a inflação tanto no país quanto na RMGV na análise dos 12 meses. Devido à aceleração inflacionária, apesar de considerar que os choques nos preços são temporários, o Copom decidiu, na reunião que ocorreu no início de maio, elevar em 0,75 p.p. a taxa Selic para 3,50% a.a. Em comunicado, o Comitê ressaltou também a importância dos andamentos nas reformas e ajustes na economia brasileira.

Sobre essas reformas, em meio à CPI da Pandemia, as pautas econômicas que avançaram no governo, ainda que com atrasos e morosidade, foram a Reforma Administrativa com

o parecer favorável do relator, a aprovação na CCJ e então o direcionamento para a comissão especial; a Reforma Tributária com a entrega do texto final pelo relator à presidência da Câmara dos Deputados que decidiu seguir com a “reforma fatiada”; e a aprovação do texto-base da Privatização da Eletrobras na Câmara dos Deputados e seguimento para a votação no Senado.

Outra pauta em maio foi a divulgação das diretrizes do Banco Central do Brasil (BCB) para uma moeda digital para o país⁵⁵, uma CBDC (Central Bank Digital Currencies) denominada de “real digital”. Em uma dessas diretrizes, o BCB assinala que a moeda digital será emitida pela própria instituição, como uma extensão da moeda física, e será distribuída ao público por meio das entidades do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamento Brasileiro. Quando aplicado na prática, a população brasileira terá a opção de manter os seus recursos e realizar transações tanto na moeda física atual como na digital⁵⁶. O BCB comunicou que a sua proposta vai na linha da discussão global de emissões de moedas digitais pelos bancos centrais. Embora ainda não haja um prazo bem definido para a implementação da moeda digital no Brasil, que depende dos aparatos tecnológico e jurídico a serem avaliados, o BCB debaterá o assunto com os agentes do mercado ainda este ano.

⁵⁵ Veja mais em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17398/nota>

⁵⁶ Confira em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/05/25/bc-preve-real-digital-com-emissao-centralizada-e-inclusao-financeira.ghtml>

Anexo 1 - Números da vacinação contra a Covid-19, países selecionados

País	Doses administradas	Doses administradas por 100 habitantes	Pessoas imunizadas vacinadas ¹	% Pessoas imunizadas vacinadas	Tamanho população (em milhões)
Estados Unidos	290.724.607	86,93	132.769.894	39,70%	330,1
Índia	201.200.000*	14,58	42.420.000*	3,07%	1.361,9
Brasil	65.570.960	30,71	21.634.953	10,22%	211,8
Reino Unido	62.600.000*	92,30	24.040.000*	35,42%	66,8
Alemanha	48.385.907	57,75	13.674.483	16,32%	83,2
França	34.267.697	50,72	10.334.884	15,30%	67,1
Rússia	28.165.285	19,01	11.514.143	7,89%	142,6
México	27.709.853	21,49	11.919.690	9,24%	126,0
Canadá	22.350.000*	59,21	1.810.000*	4,79%	38,0
Chile	18.018.443	94,26	7.862.167	41,13%	19,1
Emirados Árabes Unidos	12.531.970	126,71	3.836.521	38,79%	9,3
Argentina	11.503.476	25,45	2.515.209	5,57%	40,1
Israel	10.573.587	122,16	5.125.575	59,22%	9,1
Portugal	5.405.830	53,02	1.687.606	16,55%	10,3
Mundo	1.810.000.000*	23,21	413.100.000*	5,30%	7.744,2

¹A depender do regime da vacina, o percentual ótimo de imunização proposto pela vacina em questão será atingido a partir da administração de mais de uma dosagem. Levantamento às 10h do dia 28/05/2021.

*Valores arredondados devido à disponibilidade dos dados nas fontes.

Fontes: Universidade John Hopkins, Our World Data, Consórcio de veículos de imprensa.

Elaboração: Ideies / Findes

Anexo 2 - Números da vacinação contra a Covid-19 nos estados brasileiros

Estado	Total de doses recebidas	1ª dose aplicada	% população vacinada com 1ª dose	2ª dose aplicada	% população vacinada com 2ª dose	Tamanho população (milhões)
Acre	276.890	131.609	14,71%	50.838	5,68%	0,89
Alagoas	1.195.880	660.763	19,72%	275.152	8,21%	3,35
Amazonas	2.088.918	756.446	17,98%	442.444	10,52%	4,21
Amapá	242.420	122.676	14,24%	57.348	6,65%	0,86
Bahia	6.020.520	3.254.002	21,79%	1.500.134	10,05%	14,93
Ceará	3.734.370	1.642.541	17,88%	975.423	10,62%	9,19
Distrito Federal	1.238.060	615.051	20,13%	315.769	10,34%	3,06
Espírito Santo	1.910.060	951.266	23,41%	405.675	9,98%	4,06
Goiás	2.841.280	1.367.958	19,23%	638.955	8,98%	7,11
Maranhão	2.554.710	1.177.600	16,55%	519.893	7,31%	7,11
Minas Gerais	9.619.984	4.714.937	22,14%	2.314.689	10,87%	21,29
Mato Grosso do Sul	1.280.200	760.984	27,09%	354.349	12,61%	2,81
Mato Grosso	1.209.990	590.270	16,74%	277.598	7,87%	3,53

Pará	3.111.640	1.331.446	15,32%	723.384	8,32%	8,69
Paraíba	1.683.570	834.264	20,65%	426.596	10,56%	4,04
Pernambuco	3.733.840	1.751.942	18,22%	904.282	9,40%	9,62
Piauí	1.242.020	587.518	17,90%	281.032	8,56%	3,28
Paraná	5.257.750	2.326.355	20,20%	1.141.272	9,91%	11,52
Rio de Janeiro	8.170.260	3.013.899	17,35%	1.414.968	8,15%	17,37
Rio Grande do Norte	1.527.520	672.963	19,04%	353.869	10,01%	3,53
Rondônia	527.758	230.008	12,80%	129.582	7,21%	1,80
Roraima	250.110	82.074	13,00%	50.900	8,38%	0,63
Rio Grande do Sul	5.915.390	3.049.793	26,70%	1.448.838	12,68%	11,42
Santa Catarina	3.227.260	1.542.969	21,27%	720.472	9,93%	7,25
Sergipe	922.210	446.451	19,25%	191.107	8,24%	2,32
São Paulo	18.780.261	11.051.015	23,87%	5.588.305	12,07%	46,29
Tocantins	592.940	254.646	16,01%	125.401	7,89%	1,59

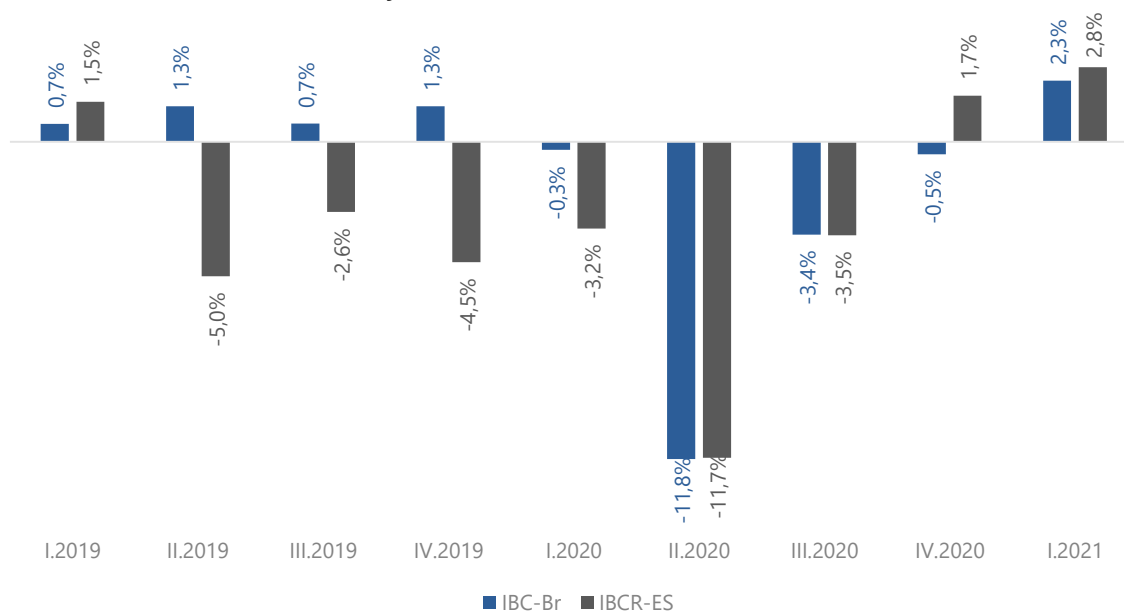
Nota: Levantamento às 10h do dia 28/05/2021.

Fonte: Consórcio de veículos de imprensa

Elaboração: Ideies / Findes

Anexo 3 – Desempenho dos setores de comércio e serviço no 1º trimestre 2021

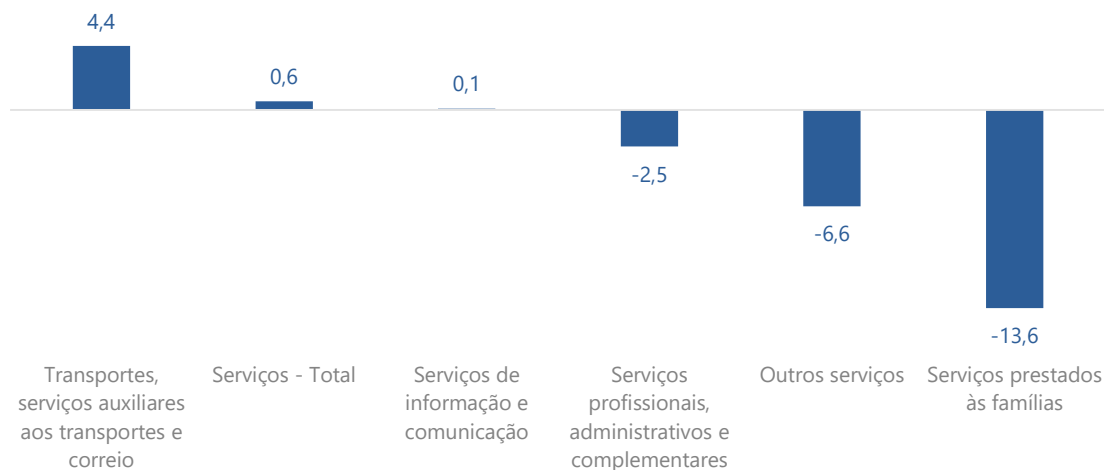
**Variações (%) do IBC-Br e do IBCR-ES trimestrais
– em relação ao mesmo trimestre do ano anterior**



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

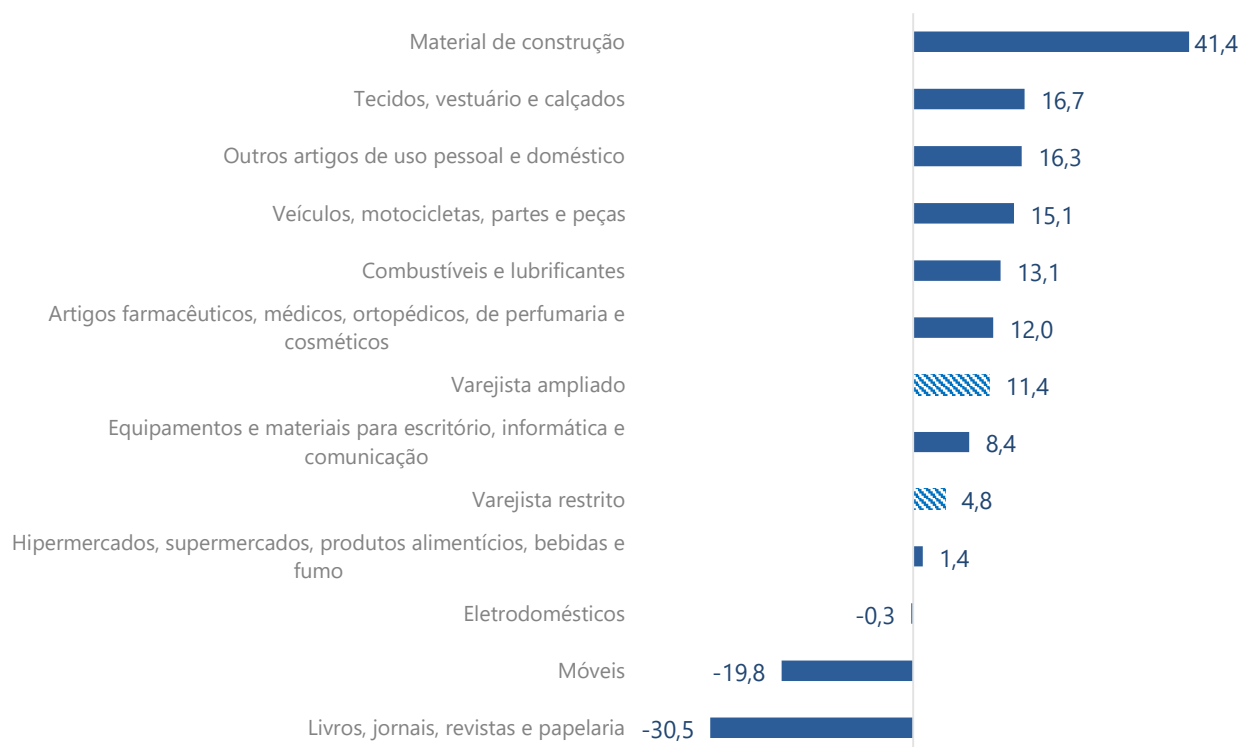
**Variação (%) de volume serviços do Espírito Santo -
1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020**



Fonte: PMS / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

**Variação (%) de volume de vendas no comércio varejista do Espírito Santo -
1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020**



Fonte: PMC / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Sílvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Jordana Teatini Duarte

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte

Seção Destaque – Marcos Vinícius Chaves Morais

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais

Finanças Públicas Estaduais – Rafael Almeida Leal

Comentários Finais – Jordana Teatini Duarte

Anexo de gráficos e tabelas – Rafael Almeida Leal

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897